

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

**O papel materno na resistência à ditadura:
o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia
Schilling**

Tatiana Trindade

Porto Alegre, 27 de novembro de 2009

Tatiana Trindade

**O papel materno na resistência à ditadura:
o caso das mães de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling**

Trabalho de conclusão de curso de licenciatura em História apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) como requisito parcial para a obtenção do título de licenciada em História.

Orientadora: Prof. Dr. Carla Simone Rodeghero.

AGRADECIMENTOS

À Carla Simone Rodeghero, minha orientadora, pelos valiosos ensinamentos, e por me iniciar na pesquisa científica;

Ao Gabriel Dienstmann, colega de bolsa, que digitalizou o arquivo do MFPA, e junto a nós pesquisou a luta pela anistia no Rio Grande do Sul;

Ao professor Benito Schmidt, que muito contribuiu para essa pesquisa, através de seu trabalho sobre Flávio Koutzii e que gentilmente aceitou fazer parte da banca examinadora;

Ao professor Vanderlei Machado, por também ter aceitado compor a banca;

Às colegas de curso Denise Walter Xavier e Mariana Ferreira e Silva, pelo apoio e união e distração nos momentos finais do TCC;

E à família, sempre presente.

“São dez horas e o samba tá quente, deixa as contentes, deixa as meninas sambar em paz...”

SUMÁRIO

Introdução, 5

Capítulo 1: As prisões de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling, 14

Capítulo 2: A luta pela anistia e as campanhas pela libertação dos Flávios e da Flávia, 24

2.1: O Movimento pela anistia, 24

2.2: A campanha pela libertação de Flávio Tavares, 29

2.3: A campanha pela libertação de Flávia Schilling, 31

2.4: A campanha pela libertação de Flávio Koutzii, 34

Capítulo 3: “Meu filho corre risco de vida na prisão”: a luta de Olívia Tavares, Clara Koutzii e Ingeborg Schilling pela libertação de seus filhos, 37

3.1: “Mães que lutam”: a atuação das mães no caso dos Flávios e da Flávia, 43

Considerações Finais, 52

Lista de Fontes, 54

Bibliografia, 55

Anexos, 57

Introdução

A idéia para este trabalho surgiu durante a pesquisa no projeto da professora Carla Rodeghero, *A luta pela Anistia e a Resistência à Ditadura*, no qual trabalhei como bolsista BIC/UFRGS. Pesquisando a luta pela anistia no Rio Grande do Sul, percebemos a centralidade das campanhas pela libertação de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling, gaúchos presos no exterior, para o movimento no Brasil. O protagonismo e a atuação destacada de suas mães nessa luta é o que será explorado aqui.

Durante a segunda metade da década de 1970 surgiram no Brasil movimentos que lutavam pela conquista da anistia aos perseguidos políticos da ditadura militar. Embora já houvesse referências à anistia antes de 75, foi a partir desse ano, com a criação do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) que a luta de fato tomou forma. Em 1978, a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) veio a reforçar de forma substancial a luta.

Como parte da luta pela anistia, os movimentos realizaram uma série de atividades visando a divulgação da causa e o apoio popular e parlamentar. Foi o caso dos vários abaixo-assinados, de vigílias, de atos públicos, palestras, debates. E foi o caso também das Campanhas pela Libertação dos “Flávios”. A campanha dos “Flávios” (como o caso é citado nas fontes), na verdade é a campanha pela libertação dos “Flávios e da Flávia”: Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling – os três, por coincidência, gaúchos e com o mesmo nome – foram presos mais ou menos na mesma época, nos países em que se encontravam exilados, no Cone Sul: Koutzii na Argentina, Tavares e Schilling no Uruguai. O uso da expressão “campanha dos Flávios” deve-se ao fato de que é dessa forma que tais campanhas aparecem nas fontes consultadas, quando referidas em conjunto. É assim também que testemunhas se referem à elas.¹ Entretanto, a terminologia mais apropriada seria a expressão “campanha dos Flávios e da Flávia” já que há o envolvimento de uma personagem feminina entre os homens. Sendo esta uma pesquisa que visa analisar o protagonismo de mulheres nos esforços de libertação de 3 brasileiros, convém que a representante feminina dos

¹ Entre as atividades como bolsista, realizamos diversas entrevistas com protagonistas e personagens envolvidos na luta pela anistia no Rio Grande do Sul. A imensa maioria citava as campanhas de Tavares, Koutzii e Schilling como um dos mais marcantes do movimento.

presos não fique esquecida entre os homens na própria forma de designação- e de dar sentido - àquele campanha.

Flávio Tavares foi um dos presos políticos trocados pelo embaixador dos Estados Unidos em 1969, motivo pelo qual foi banido do Brasil. Do México, para onde haviam sido mandados os presos trocados, Tavares mudou-se para Argentina, onde viveu entre os anos de 1975 e 1977. Durante uma viagem a Montevideú, neste mesmo ano de 77, foi seqüestrado por forças políticas uruguaias, acusado de espionagem.² Esta foi a primeira das campanhas, que se desenrolou durante o segundo semestre de 77. A campanha contou com apoio de parlamentares como o dos deputados Pedro Simon e Romildo Bolzan, e do vereador Ibsen Pinheiro (todos do MDB), que cobraram do chanceler Azeredo Costa interferência junto às autoridades uruguaias no caso do jornalista. A grande mobilização nacional e internacional resultou em sua libertação no início de 1978.

Flávia Schilling tinha sido presa pelas autoridades uruguaias em novembro de 1972, cinco anos antes da prisão de Tavares, quando caminhava com seu namorado pelas ruas de Montevideú. A gaúcha vivia na capital uruguaia desde 64, quando sua família se viu obrigada a deixar o país por conta do Golpe Militar. Na tentativa de fuga, Flávia levou um tiro na epiglote que quase lhe custou a vida. Após uma complicada cirurgia de 5 horas, e um mês de internação no Hospital Militar da cidade, sem a permissão de receber a visita de familiares, Flávia foi encaminhada ao Presídio Feminino de Punta Rieles., de onde foi transferida em maio de 73 para sucessivos quartéis. Em dezembro de 78 foi lançada na Assembléia Legislativa a Campanha de Libertação de Flávia Schilling. A campanha contou com manifestações, passeatas e arrecadação de fundos para cobrir as despesas referentes à taxa cobrada pelo governo uruguaio pela “hospedagem” na prisão, e aos gastos com os advogados. Enquanto a campanha pública seguia, parlamentares articulavam, junto ao MFPA e ao CBA, a interferência do governo brasileiro no caso. Reuniões com o cônsul do Uruguai no Brasil e visitas aos cárceres uruguaios foram realizadas. Flávia acabou solta em abril de 1980, quando o governo uruguaio, pressionado interna e externamente, promulgou lei expulsando os estrangeiros presos no país³.

Flávio Koutzii foi preso, junto a sua companheira Norma Espínola, na capital argentina em 1975, também antes de Tavares. Norma foi solta logo a seguir. Flávio seguiu preso até 79. Em 1978, Flávio foi condenado pela justiça argentina a seis anos e seis meses

² TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999

³ SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: global editora, 1980.

de prisão, por “infração à lei sobre associações ilegais e crimes contidos no código penal”, segundo sentença do juiz federal da cidade de La Plata. A partir de então, Flávio foi alvo de inúmeros abaixo-assinados em seu favor, no Brasil, na Argentina e na França. Koutzii sofria de problemas cardíacos e de hipertensão arterial. Segundo sua mãe, os problemas foram acarretados pelas torturas e maus tratos na prisão.⁴ De qualquer forma, de acordo com o texto que encabeçava o abaixo-assinado francês, as autoridades penitenciárias, por diversas vezes suspenderam arbitrariamente a administração de medicamentos indispensáveis a sua sobrevivência.⁵ Na França, uma campanha apoiada por diversas personalidades, solicitava às autoridades francesas sua intervenção junto ao governo argentino para que Flávio pudesse ser tratado na França. O governo francês já havia expedido anteriormente um *laissez-passez* a Koutzii. Flávio havia conseguido também um certificado de compromisso de emprego neste país. Em maio de 79, o presidente Jorge Videla assinou decreto indultando e expulsando do país Flávio Koutzii. Sua experiência carcerária serviu de base para a tese defendida na França e transformada no livro *Pedaços de Morte no Coração*⁶.

Olívia Tavares, Clara Koutzii e Ingeborg Schilling – as respectivas mães dos Flávios e da Flávia – tiveram um papel decisivo no sucesso das campanhas, e na denúncia da situação de seus filhos.

Estrutura do trabalho

O trabalho tem como objetivo resgatar a história de tais campanhas pelo viés da atuação materna, analisando o protagonismo dessas mulheres nas campanhas, identificando os diferentes graus de engajamento possíveis em cada contexto específico, além da posição da figura materna no período, concomitante ao ressurgimento e intensificação das lutas feministas. Lutas estas que contestavam justamente o modelo tradicional de família da qual essas mulheres eram grandes representantes.

Para dar conta desses objetivos, o trabalho tentou responder ao seguintes problemas:
1)Quais as formas de atuação e militância dessas mães? 2)Quais as reivindicações gerais e específicas dessas mulheres? 3) Como se dava a relação dessas mulheres com os militares? 4)Como se utilizavam da própria imagem de mães?

⁴ *Folha da Manhã*, 12.03.79.

⁵ Abaixo-assinado em francês, sem data.

⁶ KOUTZII, Flávio. *Pedaços de Morte no Coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

Grande parte das fontes utilizadas na pesquisa provieram do Acervo do Movimento Feminino pela Anistia, digitalizado e catalogado durante o trabalho na bolsa de pesquisa. O acervo abrange documentação referente às campanhas de libertação de Flávio Tavares, e especialmente, de Flávio Koutzii e Flávia Schilling. Além disso, há materiais referentes à atuação tanto do MFPA como do CBA e de parlamentares e intelectuais envolvidos na luta pela anistia. A pesquisa contou também com a cobertura dos jornais da época, disponíveis no Museu da Comunicação Social Hipólito da Costa e no Arquivo Municipal Moysés Velinho, e com os livros de memória dos três personagens envolvidos: *Memórias do Esquecimento*, de Flávio Tavares, *Pedaços de Morte no Coração*, de Flávio Koutzii, e *Querida Família e Querida Liberdade*, coletâneas de cartas enviadas por Flávia Schilling à família.

O trabalho divide-se em três capítulos, acompanhando as campanhas e a atuação das mães. O primeiro capítulo trata do exílio e da prisão vividos pelos Flávios e por Flávia, abordando também os respectivos contextos das ditaduras dos países envolvidos: Brasil, Uruguai e Argentina. O segundo capítulo trata das campanhas pela libertação, e sua relação com o movimento pela anistia no Brasil. O terceiro e último capítulo, aborda mais detidamente a atuação materna, sua relação com as ditaduras militares e seu papel na denúncia dos crimes cometidos contra os direitos humanos, relacionando a luta de Ingeberg, Olívia e Clara com as Madres da Plaza de Mayo – o paradigma não só da luta materna, mas de defesa dos direitos humanos como um todo.

Um breve balanço teórico

“Na defesa da vida dos seus filhos, as mães tornam-se militantes aguerridas que desconhecem limites. Por isso, são temidas pela repressão. Deve-se considerar também o fato de que os agentes repressores têm mães, o que deve ter algum significado moral e ético, Não é um advogado ou uma liderança política que está reivindicando a liberdade de um prisioneiro; é uma mãe, figura que expressa uma instituição universal na cultura ocidental e cristã”.⁷

As palavras de Ana Maria Collin, em seu livro *A Resistência Feminina na Ditadura Militar*, ressaltam a importância significativa da figura materna, inclusive entre os repressores. A imagem santificada das mães, que as colocam em um altar respeitado até mesmo por aqueles a quem estão combatendo, aliado ao apelo dos laços que ligam mães e filhos, cria nessas mulheres um forte instrumento de resistência. Essa imagem tradicional, que vê a mãe como uma mártir que sacrifica a própria felicidade pelos seus filhos, segundo Elizabeth Banditier, teve sua origem no século XVIII. Nesse período houve uma

⁷ COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar*. São Paulo: Record, p.67.

transformação no seio da família burguesa, em que um relativo abrandamento do que a autora chamou de “longo reinado da autoridade paterna e marital”,⁸ possibilitou à mulher exercer um novo papel nas relações familiares, galgando alguns patamares em termos de importância e poder. E nesse contexto, desenvolveu-se um novo modo de vida, que possibilita que a família se reorganize em torno da mãe, “que adquire uma importância que jamais tivera”.

A transformação da figura materna passa pela transformação do significado e importância dada à própria criança, naquilo que a autora chama de “reinado do Menino-Rei”⁹: o filho passa a ser visto como um ser insubstituível, o mais precioso tesouro da família burguesa.

Segundo Bandinter – e essa é a tese central do livro –, a afirmação de que as mulheres nasceram para serem mães não é verdadeira. Analisando toda a transformação sofrida pela figura maternidade, a autora conclui que a maternidade (enquanto função social, não enquanto simples reprodutora biológica) não é algo inerente e universal para todas as mulheres, mas algo que varia conforme os contextos históricos:

“Ao percorrer a história das atitudes maternas, nasce a convicção de que o instinto materno é um mito. Não encontramos nenhuma conduta universal e necessária da mãe. Ao contrário, constatamos a extrema variabilidade de seus sentimentos, segundo sua cultura, ambições ou frustrações. Como, então, não chegar a conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode existir ou não existir, ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil. Preferir um filho ou entregar-se a todos. Tudo depende da mãe, de sua história (...) O amor materno não é inerente às mulheres”.¹⁰

Inerente ou não, o fato é que a maternidade assume um valor emblemático no contexto dos regimes militares. No caso brasileiro, marchas encabeçadas por mães de classe média revelaram apoio à conspiração contra Goulart, em março de 1964. Os militares, no Brasil e nas ditaduras vizinhas, “apoyaran e impusieron un discurso y una ideología basadas en valores ‘familísticos’. La familia patriarcal fue más que la metáfora central de los regímenes dictatoriales; también fue literal”.¹¹, conforme Elizabeth Jelin. Os militares foram além da mera simbologia, interferindo violentamente na privacidade e na intimidade da vida familiar, prendendo, seqüestrando e desaparecendo com pais e filhos. E as mulheres, reproduzindo a nível nacional os papéis desempenhados na esfera privada, foram postas como responsáveis

⁸BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 29

⁹ Idem, 256

¹⁰ Idem, p. 367

¹¹ JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de La memoria*, P.107

pela ordem social, tendo responsabilidade direta pelos “maus caminhos” e desvios de seus filhos.

A maior parte das mulheres que foram atingidas pela repressão nas ditaduras militares, foram vítimas secundárias¹². Ou seja, foram atingidas indiretamente pela proximidade com homens (maridos, filhos, irmãos, etc) com ativa militância política. Isto não quer dizer que as mulheres também não estivessem entre as vítimas diretas do Regime. Conforme dados do Brasil Nunca Mais, 12% dos réus nos processos instaurados eram mulheres, e 88% eram homens¹³.

E ao perseguir preferencialmente os homens, a repressão afetou a mulher no “núcleo de suas identidades tradicionais de mulher e esposa”¹⁴, forçando uma transformação nos papéis desempenhados pelas mulheres até então. Ao terem seus filhos presos em condições tão adversas, Ingeberg, Clara e Olívia saíram da esfera privada tradicional para invadir o espaço público reivindicando a liberdade e integridade de seus filhos. Paradoxalmente, Jelin coloca que as mulheres que acabaram por atuar publicamente na defesa de familiares vitimados pela repressão, como as Madres da Plaza de Mayo, por exemplo, legitimam a expressão pública da dor, reproduzindo estereótipos e visões tradicionais do feminino e da maternidade.

Durante a pesquisa, surgiu a aproximação com outros trabalhos que analisam essas personagens que, inseridas em um contexto de violência e repressão, organizam-se coletivamente em busca da justiça e reparação pelos danos causados aos seus filhos. É o caso dos trabalhos sobre o “Caso de Acari”, uma chacina ocorrida em 1990, quando onze jovens desaparecem, provavelmente vítimas de um grupo de extermínio. Seus corpos jamais foram encontrados. Nesse caso, as mães dos jovens desaparecidos organizaram-se para cobrar e denunciar o desaparecimento dos filhos, e passaram a ser nacionalmente conhecidas como “Mães de Acari”.

Este é o tema da dissertação de doutorado de Fábio Alves Araújo, *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*, defendida na UFRJ em 2007¹⁵. Nessa tese, o autor estabelece as relações entre luto, sociabilidade e política, tendo como base o estudo dessa chacina e a atuação das mães dos jovens desaparecidos. No seu entender, as ações das mães são vistas

¹² Idem, p. 102

¹³ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

¹⁴ JELÍN, op.cit., p.104

¹⁵ ARAÚJO, Fábio Alves (2007). *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

como “práticas de luto reivindicativas”, ou seja, o luto pela morte/desaparecimento do filho politiza-se a certa altura, levando a uma transformação do luto em esforços de denúncia pública¹⁶. Para tanto, o autor analisa as formas de construção da denúncia pública empregada por essas mulheres, tais como manifestações, denúncias internacionais, uso da imprensa nacional, publicação de livros. Esses mesmos mecanismos foram também utilizados nas campanhas de libertação dos Flávios e da Flávia. Além dessa análise, Araújo aproxima as Mães de Acari das Madres da Plaza de Mayo, dedicando um capítulo inteiro a essa relação.

O trabalho de Rita de Cássia S. Freitas também aborda o caso das Mães de Acari, mas com uma perspectiva mais histórica. Sua tese *Mães de Acari: preparando a tinta e reinventando a praça – um estudo sobre mães que lutam*, defendida em 2000 também no Rio de Janeiro, tem como foco principal o resgate das experiências vividas por essas mães, através dos chamados “álbuns de recordação” (cadernos com recortes de jornais e revistas referentes à chacina) guardados por essas mulheres, bem como através de entrevistas orais. A autora procura identificar a construção de uma nova representação para a figura materna – as mães que lutam – a partir do protagonismo político dessas mulheres. Protagonismo conquistado, segundo a autora, “a partir do lugar que tradicionalmente ocupam na família e que, em princípio, seria destituído de dimensão política”¹⁷. Para Freitas, a chacina e a perda violenta dos filhos tiveram um impacto transformador sobre essas mulheres, ao tirá-las de seus papéis e de seus contextos habituais – a maternidade e o lar – e lançá-las para as praças públicas, onde se inseriram nessa nova categoria de imagem do imaginário materno.

A leitura de tais trabalhos resultou em significativas reflexões sobre a ação de Ingeberg, Clara e Olívia, bem como a utilização de importantes ferramentas de análise. Uma passagem da tese Fábio Alves Araújo, sobre os familiares das vítimas de violência, pode ser também aplicada para o caso das mães dos Flávios. Citando Veena Das¹⁸, o autor afirma que os familiares das vítimas da violência (no caso de Araújo, os meninos desaparecidos, no caso de meu trabalho, a prisão em solo estrangeiro dos Flávios) atuam como agentes sociais e políticos que passam a interpelar o Estado em razão do sofrimento provocado pela violência, seja ela provocada pelo Estado ou ignorada por este. No caso dos Flávios, o Estado é duplamente acusado: ele provocou a saída para o exterior dos jovens, através do golpe militar e da violenta repressão que se seguiu a ele; e ainda, não manifestou interesse na intervenção

¹⁶ Idem, p. 79.

¹⁷ FREITAS, Rita de Cássia S.(2000). *Mães de Acari: preparando a tinta e reinventando a praça – um estudo sobre mães que lutam*, tese de doutorado, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

¹⁸ DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

junto às autoridades estrangeiras pela resolução dos casos, omitindo-se o quanto pôde. Essas mães buscavam, através da imprensa, do apoio popular e parlamentar, mobilizar o Estado brasileiro (e também o argentino e o uruguaio) para a libertação de seus filhos.

A denúncia da incompetência e omissão do Estado no caso, e da própria situação vivida por seus filhos, é a tônica das atuações dessas mães. Segundo Boltanski¹⁹, a construção de uma denúncia pública deve contar obrigatoriamente com a presença de três atores fundamentais: a vítima, o denunciante e o perseguidor. No caso da prisão dos Flávios, todos esses elementos estão presentes, de forma gritante: os próprios Flávios são as vítimas, em sua condição de prisioneiros políticos em terra estrangeira sob condições questionáveis; suas mães são o elemento denunciante, ao tomar para si a tarefa de lutar pela libertação de seus filhos; e por fim, o Estado repressor – tanto o uruguaio como o argentino e, ainda, o brasileiro – enquadra-se como o elemento perseguidor, tanto ao ser o diretamente responsável pela prisão, como ao omitir-se de um posicionamento mais definitivo.

É o caso também da categoria utilizada por Rita de Cássia Freitas, com base nos modelos femininos de Higgonett. Segundo esta, o imaginário feminino comporta basicamente 3 modelos de mulheres: a madona, a prostituta e a musa. A figura da madona confunde-se com a figura típica da mãe. É a imagem clássica da mãe sofredora a carregar seu filho no colo, lembrando a também clássica Pietá. A prostituta é a imagem da mulher sensual, do qual não existe qualquer traço quando se fala em mãe. O imaginário popular não comporta a associação entre sensualidade e maternidade, a ponto de colocar ambos os modelos em pólos opostos. Já a figura da Musa é a que se apresenta como inspiradora de ideais de liberdade, solidariedade, de construção de uma sociedade mais humana.

O que Rita Freitas analisa em sua pesquisa sobre as Mães de Acari é a construção dessa nova imagem de mães que lutam, assentada na junção da figura da madona – com toda a sua carga emocional de mãe sofredora e mártir – com a figura da Musa – e seus ideais de solidariedade, humanidade, e construção de uma sociedade baseada no amor materno.

Assim podem ser definidas Olívia Tavares, Clara Koutzii e Ingberg Schilling: mães que lutaram pela vida de seus filhos, arriscando a sua própria. Até que ponto essas mães irão, o quão decisivos serão seus papéis no desfecho dos casos, e como essas representações maternas irão apresentar-se em suas ações, é o que as próximas páginas tentarão esclarecer.

¹⁹ BOLTANSKI, Luc. *La dénonciation public. In: L'Amour et la justice comme competence*. Paris: Éditions Métailié, 1990. Citado por ARAÚJO, Fábio Alves (2007). *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Capítulo 1:

As prisões de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling

Quando o golpe militar que depôs Jango se concretizou, Flávia Schilling e sua família foram obrigados a deixar o país. Haviam sido vítimas da primeira operação limpeza, como ficou conhecido o primeiro ato institucional – o AI-1 – que varreu dos meios políticos e institucionais os principais quadros ligados ao antigo governo. Entre os alvos mais visados nesse período inicial estão o movimento sindical, os militares ligados ao movimento da legalidade de 1961 e, principalmente, os políticos petebistas. Através do AI-1, os golpistas promoveram a cassação de mandatos legislativos federais, estaduais e municipais; a suspensão de direitos políticos de qualquer cidadão durante 10 anos; a demissão, aposentadoria, transferência para a reserva ou reforma de burocratas civis e pessoal militar. O que, em outras palavras, significou a licença para o expurgo dos funcionários e militares e a cassação de políticos ligados ao projeto nacionalista do presidente João Goulart²⁰.

O Uruguai foi o destino da imensa maioria dos exilados nesse primeiro momento pós-golpe. A proximidade com o Brasil, a tradição democrática do país, e sobretudo a presença de Brizola e do presidente deposto, João Goulart, atraíram os brasileiros. Como grande parte dos exilados possuía ligação com os trabalhistas, o Uruguai tornou-se uma espécie de Quartel-General dos exilados, levando cada vez mais brasileiros ao país, atraídos pela possibilidade real de articulação de um grupo de resistência à ditadura desde o exílio. Essa primeira fase do exílio foi marcada pela ilusão de um exílio rápido e pela perspectiva de que a ditadura não iria tardar a cair. Foi marcado também pelos planos conspiratórios de retomada do poder. Denise Rollemberg afirma que “o Uruguai acabou se transformando no imaginário político da época, numa espécie de sinônimo de ‘lugar de liberdade’”²¹.

Assim como a maioria dos brasileiros que buscaram exílio no período, Paulo Schilling, pai de Flávia, e assessor político de Leonel Brizola, procurou a embaixada uruguaia pedindo asilo. Flávia contava 10 anos à época em que saiu do Brasil para viver em um país estranho. Acabou se adaptando tranquilamente às tradições do país. Aos 18 anos, ingressou na faculdade de medicina da Universidade de Montevideu, que abandonou poucos meses depois para dedicar-se aos Tupamaros.

²⁰ FERNANDES, Ananda Simões. *A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): órgãos de repressão e de espionagem.* Anais eletrônicos do Encontro Estadual de História

²¹ ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

A espiral autoritária no Uruguai se iniciou em 1968 com a ascensão de Pacheco Areco à presidência da República. O Pachecato, como ficou conhecido seu período de governo, utilizou-se indiscriminadamente de medidas de exceção, congelamento de salários, repressão contra os trabalhadores. Jornais e organizações políticas de oposição foram proibidos, organizações estudantis e docentes, escolas secundaristas e universidades foram perseguidas.

Flávia largou seus estudos na faculdade de medicina para dedicar-se integralmente à militância no Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros. Os Tupamaros surgiram oficialmente em 65, mas desde 62 já vinham se organizando. O grupo mesclava ideologia socialista com forte apelo antiimperialista, e contava com apoio de grande parte da sociedade uruguaia. Promovia a “desapropriação de bancos e financeiras, seqüestros ‘pedagógicos’ de autoridades estatais, divulgação de documentos sobre corrupção e malversação pública e fugas massivas dos penais”²², e contava com a simpatia de grande parte da população. O seqüestro e assassinato do torturador Dan Mitrione, em 1970, é provavelmente a mais conhecida ação dos Tupamaros. O recrudescimento da repressão, em especial depois do golpe militar de 73, desarticulou a militância. Em 1972, Raúl Sendic, Ñato Huidobro, Jorge Manera, Julio Marenales, José Mujica, Jorge Zabalza, Adolfo Wassen, Henry Engler e Mauricio Rosencof – os principais líderes da organização – são enfim capturados. No ano seguinte, são retirados do presídio e levados separadamente a distintos lugares. Os nove tupamaros, presos como troféu, foram constantemente torturados e mantidos como reféns até 1985. Flávia Schilling também foi uma vítima da política de reféns do governo uruguaio, como veremos com mais detalhes adiante. Junto a outras companheiras consideradas perigosas, foi levada do presídio de Punta Rieles, onde se encontrava presa, e transferida para sucessivos quartéis. Durante três anos, Flávia e suas companheiras foram submetidas a transferências constantes sem aviso prévio, sob torturas, e foram mantidas incomunicáveis. As detenções vieram com uma eficiente ameaça: caso ocorresse outra ação “subversiva” do MLN-T, os militantes seriam assassinados. Os Tupamaros acabaram eliminados antes do golpe.

Toda essa escalada repressiva resultou no golpe de estado de 27 de julho de 1973. O parlamento foi fechado, a Universidad de la República e o sistema de ensino sofreram intervenção, a CNT, os sindicatos, as organizações estudantis e partidos de esquerda foram

²² PADRÓS, Enrique Serra. (in) *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

dissolvidos. 15 mil cidadãos tiveram seus direitos políticos cassados e 10 mil funcionários públicos foram demitidos.²³

Quando o cerco aos Tupamaros se fechou, Flávia – que havia entrado para a clandestinidade – acabou presa. Voltava de um passeio pela praia com seu companheiro quando foram abordados por um oficial do serviço de inteligência do Uruguai. Na tentativa de fuga, Flávia atirou sua bolsa contra o policial e foi baleada com um tiro no pescoço. Foi mandada ao Hospital Militar em estado grave. Submetida a uma operação delicada de quase 5 horas, Flávia sobreviveu. Mas permaneceu internada no Hospital, sem contato com a família e com amigos. Após sua recuperação, foi transferida para o IV Regimento de Cavalaria, e posteriormente, para o presídio feminino de Punta Rieles. A partir daí, Flávia inicia sua saga de oito anos de presa política em cárceres uruguaios. Após ser julgada por um Tribunal Militar, foi condenada a seis anos de prisão, acusada de “pichações, distribuição de panfletos, discussões políticas e autoria de um manual de fabricação de armas, além de ter sido vista vigiando uma fábrica de sorvetes”, conforme informações de seu então advogado, Décio Freitas.²⁴ Posteriormente sua pena foi ampliada para dez anos, mais cinco de medida de segurança, o que acabava com a esperança de liberdade condicional. Sua família só ficou sabendo de sua prisão quatro dias depois. Durante as cinco semanas em que esteve internada, lhe foi proibido receber visitas. Somente dois meses e meio mais tarde foi permitida a primeira visita de 15 minutos.

As cartas enviadas por Flávia a sua família foram publicadas em dois livros, *Querida Família e Querida Liberdade*. Desses textos é possível extrair informações sobre o cotidiano das presas nos cárceres uruguaios, além de belas reflexões da jovem sobre sua condição e sua militância. A maioria das cartas são uma lição de otimismo, força e resistência ao terrorismo mental imposto pelo regime carcerário destruidor a que estava submetida. Mas certas vezes, Flávia deixa transparecer sua inconformidade com a juventude perdida atrás das grades, como no trecho a seguir:

“Tudo é muito difícil, merecíamos o prêmio Nobel da paciência, às vezes parece impossível superar certos momentos, tal o cansaço e a presença das grades dentro da gente. Temos 20 anos! E estamos obrigados a usar nossa capacidade intelectual, criativa e afetiva tricotando meias!”²⁵

²³ Idem, p. 72

²⁴ Documento do CBA-Londrina, de 24.04.79.

²⁵ Schilling, Flávia. *Querida Família*, Pg 87

Em outra passagem, Flávia aproveita brechas na censura para escrever um pouco sobre sua experiência de torturada. Após a volta ao presídio de Punta Rieles, depois de um período em que foi submetida junto a seu companheiro a intensas torturas, Flávia escreve:

“É bom de vez em quando voltar a enfrentar o medo, a insegurança, a pressão, para ver se a gente está realmente firme ou não. E sair vitorioso é uma grande alegria. Nada mais glorioso que a paz com a própria consciência: manter-se firme com os seus princípios. E dessa vez com um elemento a mais, que até aqui tinha-me colocado muitas vezes e que temia, mas que está superado: agüentar tudo com o Magro na minha frente e como elemento de pressão que eles controlam muito bem. E em vez de diminuir-nos fomos apoio mutuo, confiança mútua e fortaleza. Os olhares furtivos por baixo do capuz estão gravados para toda a vida. Me enriqueci pessoalmente na minha relação com Rúben, e na minha relação com ‘eles’.”²⁶

Em outra passagem, a jovem desabafa sobre o regime de incomunicabilidade a que estava submetida:

“Outro dia quase fiquei louca no recreio, que em vez de ser uma meia hora para descarregar a tensão acumulada, é exatamente o contrário; a gente se sente mais presa do que nunca. É um contraste violento: um campo vastíssimo, um céu limpo, e agente não pode caminhar para lá de certa marca com dois fuzis à vista. E, além disso, esta incomunicação já é um exagero: ninguém agüenta tanto tempo sem conversar (o que é diferente de falar) com ninguém”.²⁷

Apesar de tudo, Flávia não enxerga as experiências vividas e o tempo de prisão como algo totalmente negativo, mas como algo que veio a fortalecer sua personalidade acrescentar a sua formação:

“Não acredito em absoluto, em nenhum momento, que esses três anos e meio foram “eliminados” da minha vida. Foram vividos e bem vividos e estão incorporados à minha realidade. Claro que teria sido melhor vivê-los de outra forma, mesmo a custo de aprender menos ou de maneira diferente, mas apesar disso, serviram muito.”²⁸

Flávio Tavares também foi vítima da ditadura uruguaia, permanecendo seis meses preso em Montevideú. Tavares era professor e jornalista quando a ditadura militar foi instaurada no Brasil. Trabalhava em Brasília, na sucursal do jornal *Última Hora*, quando foi preso logo após o golpe, em abril de 64. Foi libertado três dias depois. Em agosto de 67, foi preso pela segunda vez, ainda em Brasília. Foi libertado cinco meses depois e perdeu sua licença de jornalista. Não pode reassumir seu posto de colunista político na *Última Hora*. Em 1969 foi preso pela terceira vez. Acabou libertado graças a uma ação inédita: o seqüestro do

²⁶ P. 47. Flávia refere-se nessa carta a Rubén, seu companheiro, frequentemente mencionado nas cartas pelo apelido de Magro.

²⁷ Idem, p. 73

²⁸ Idem, p. 80

embaixador Charles Burke Ellbrick, na semana da Pátria de 1969²⁹. Ellbrick foi seqüestrado em 04 de setembro numa ação idealizada pela Dissidência da Guanabara (que assumira o nome de MR-8), em parceria com a ALN, de Mariguella. No dia 5, os principais jornais e emissoras de rádio e televisão divulgaram um manifesto assinado por ambas as organizações e escrito por Franklin Martins. O manifesto exigia a troca do embaixador por 15 prisioneiros políticos, que deveriam ser mandados a um país “seguro”. A lista incluía, além de Flávio Tavares, nomes como o de Travassos, José Dirceu, Gregório Bezerra, Vladimir Palmeira, Maria Augusta Carneiro Ribeiro. Os presos embarcaram no dia 06 em um avião rumo ao México e no dia seguinte, sete de setembro, o embaixador era libertado. Segundo Gorender, “o seqüestro do embaixador foi a primeira operação do gênero no mundo, na história da guerrilha urbana. Mas houve o preço a pagar da intensificação da repressão ditatorial”³⁰. A ditadura promulgou um pacote de medidas que instaurava, entre outras severas medidas, a pena de morte e de banimento. Sobre o seqüestro, Tavares afirmou: “foi nosso equívoco triunfal. A partir de então, a repressão se transformou. Passou a ser muito mais sofisticada”³¹.

Flávio permaneceu no México até 1974, quando transferiu-se para a Argentina, onde, segundo suas próprias palavras, tornou-se um “observador da violência alheia”³². Nesse país, Isabel Perón assumia o posto deixado por seu marido, Juan Perón, e a escalada repressiva e as contradições do peronismo se acentuavam. Mais adiante, quando tratarmos da prisão de Flávio Koutzii, veremos com mais detalhes a situação argentina. Em 1975, Flávio passou a escrever para *O Estado de São Paulo*, desde Buenos Aires, assinando com o pseudônimo de Júlio Delgado, para evitar problemas com a censura.

Foi durante uma viagem ao Uruguai que Flávio acabou preso. Ele viajava ao país para tratar da prisão de um colega jornalista do jornal *Excelsior*. Tratou com os advogados, e a situação do colega foi resolvida tranquilamente. Nesse meio tempo, Flávio conseguira informações privilegiadas sobre a “loja dos 7 irmãos”, denominação dada no próprio exército uruguaio ao grupo que controlava o Organismo Central de Operaciones Antisubversivas (Ocoa). A posse de tais documentos viria a complicar ainda mais sua situação.

²⁹ As informações sobre a prisão de Tavares foram retiradas do livro de sua autoria *Memórias do Esquecimento*

³⁰ GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987, p.168

³¹ Declaração extraída do documentário Hércules 56, dirigido por Silvio Da-Rin.

³² TAVARES, Flávio. *Memórias do Esquecimento*. Segundo Flávio, “uma dezena de brasileiros haviam ‘desaparecido’ ainda no tempo de Isabelita, mas fazíamos de conta que nada tinha a ver conosco”.

Quando se preparava para pegar o voo de volta à Buenos Aires, Flávio foi chamado ao posto policial do aeroporto, após devolver seu cartão de entrada no Uruguai.

“Eles tinham feito o sequestro perfeito, o crime sem rastro nem autores: ao devolver o cartão de entrada no Uruguai, por mim assinado, eu tinha oficialmente saído de Montevidéu e, agora, já havia chegado a Buenos Aires, destino do voo. A partir daquele momento, eu tinha desaparecido no caos repressivo da Argentina. Era um ‘desaparecido’ que jamais tornaria a ver a luz do sol”³³.

O objetivo do governo uruguaio era entregá-lo às autoridades brasileiras, numa ação de solidariedade entre as ditaduras. Flávio Tavares era um banido, logo, sua volta ao Brasil decorreria obrigatoriamente em morte. Um emissário uruguaio foi enviado ao Brasil para tratar de sua transferência, mas, como conta Flávio,

“Era sexta-feira e em Brasília não havia ninguém para decidir. Na segunda e na terça-feira, quando o Uruguai insistiu na oferenda, a notícia do meu “desaparecimento” já tinha chegado aos jornais no mundo inteiro, ocupando as primeiras páginas no Brasil, no México e nos Estados Unidos (...) e o Brasil respondeu que não me queria, nem vivo nem morto, pois eu era um ‘banido’ proibido de voltar”³⁴.

O seqüestro de pessoas era uma prática bastante comum na ditadura uruguaia, e aparecia dentro do que pode ser chamado de política do encarceramento massivo – uma peculiaridade da ditadura uruguaia. Os inimigos eram seqüestrados por agentes da repressão e mantidos durante dias ou até meses presos sem acusação formal, e sem o conhecimento de terceiros³⁵. A justificativa apontada por Enrique Padrós para a prática do encarceramento massivo é a de que “a elasticidade da configuração do ‘inimigo interno’ implicaria uma proporção de fuzilamentos ou desaparecimentos impossível de ser assimilada com a tradição política da [República] Oriental [do Uruguai]”³⁶. Além disso, o impacto e o controle do extermínio de todos os opositores seria muito difícil de ser controlado em um país com a dimensão populacional e territorial do Uruguai.

³³ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*, p.252.

³⁴ *Idem*, p. 257

³⁵ PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

³⁶ PADRÓS, Enrique Serra. (in) *Ditaduras Militares na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004, p.58

Flávio Koutzii foi um dos mais importantes quadros do movimento estudantil de Porto Alegre. Em 1964, quando o golpe militar concretizou-se, era o presidente do Centro Acadêmico de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ajudou a fundar a Dissidência Leninista no Rio Grande do Sul, que mais tarde se juntou a uma dissidência da POLOP para formar o POC (Partido Operário Comunista). Com a decretação do Ato Institucional nº5 (AI-5), Flávio e seus companheiros passaram a ser perseguidos. Em 1970, partiu para o exílio em Paris.

A historiadora Denise Rollemberg fala em diferentes fases do exílio dos militantes brasileiros. A primeira seria aquela vivida pela geração de 1964 – na qual pode se inserir a família Schilling – que tinham em comum a experiência de luta no pré-64, e se identificavam com o trabalhismo e as Reformas de Base. Outra fase diz respeito aos militantes da geração de 68, mais jovens e identificados com a luta armada. Nessa fase, os países mais procurados para o exílio foram o Chile, e após a queda de Allende, a França³⁷.

Koutzii transferiu-se de Paris para o Chile, e logo em seguida, para a Argentina em 72. Chegou ao país com a plena certeza de inserir-se dentro de um projeto político revolucionário argentino, e ingressou na militância do Partido Revolucionário de Los Trabajadores – ERP – de orientação marxista. O PRT – ERP era uma alternativa armada aos peronistas e junto a estes – inseridos em sua maioria nos Montoneros – formava a elite da esquerda revolucionária argentina.

Koutzii chegou à Argentina no momento de direitização do peronismo, no governo de Isabel Perón. Isabel assumiu a presidência após a morte do marido, Juan Perón, em 74. O governo de Isabelita, marcado por escândalos de corrupção e crise econômica, não resistiu à força dos militares. Segundo Flávio Koutzii em seu livro, “os militares esperaram, friamente, o esgotamento político do governo de Isabel Perón para golpear”.³⁸ Em 24 de março de 1976, uma Junta Militar encabeçada pelos chefes das Forças Armadas, general Videla, almirante Massera e brigadeiro Agosti, assume a presidência da República, dando início a uma das mais cruéis ditaduras militares da América Latina. Em sete anos, mais de 30 mil cidadãos argentinos foram assassinados pela política de extermínio do governo.

A prisão de Flávio ocorre em maio de 1975, ainda durante o período de Isabel Perón, um período de intensa repressão às organizações de esquerda, não só a esquerda armada como

³⁷ ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no Exílio. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004.

³⁸ KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*, p. 21

o movimento estudantil, sindicatos, etc. A organização da qual Flávio fazia parte era uma das mais visadas. O jovem gaúcho foi preso na residência de amigos, junto com outros 12 companheiros. Entre eles, Norma Espínola, sua companheira argentina, e outros dois brasileiros: Maria Regina Pilla e Paulo Paranaguá. Norma foi libertada em dezembro de 76 e os outros brasileiros, à exceção de Flávio, em janeiro de 77. Um decreto de expulsão contra Flávio foi promulgado em 75, mas jamais foi cumprido.

Flávio permaneceu onze meses detido sem acusação formal, até a decretação de sua prisão por “idéias contrárias ao país, documentação irregular e posse de arma de fogo”³⁹. Sua prisão foi justificada como parte de um complô internacional contra o governo de Isabel Perón. Em uma carta enviada a uma amiga em 1977, e publicada no semanário *O Rio Grande*, Flávio relembra esses primeiros dias:

“Levados a dependências da Polícia Federal, sofremos toda a sorte de violências e torturas por vários dias, fato que denunciei ao juiz. Mas isto não fez com que esquecêssemos aqueles dias. Choques elétricos, pontapés, socos, ameaças de entregar-me à polícia brasileira, tudo isto e violências sexuais com minha esposa, simulacros de fuzilamento e todo tipo de humilhações”.⁴⁰

Em 1978, foi condenado pela justiça argentina a seis anos e seis meses de prisão, por “infração à lei sobre associação ilegal e crimes contidos no código penal”, segundo sentença do juiz federal da cidade de La Plata.⁴¹

Clara Koutzii, mãe de Flávio, narra como foram as buscas pelo filho em Buenos Aires:

“eu estava em São Paulo. Tinha deixado em Porto Alegre o meu marido já completamente restabelecido de um derrame cerebral aos cuidados de parentes. Fui atender minha mãe que estava muito mal e viria a falecer naquele mesmo mês. Logo que eu soube da prisão de Flávio, viajei a Buenos Aires. Fiquei 10 dias correndo de um lado para outro em busca de informações, um medo muito grande que ele estivesse morto. Finalmente, através de um advogado, consegui localizar meu filho. Ele estava sendo transferido para o presídio de La Plata. Minha primeira providência foi dar-lhe algum conforto material, alimento, roupas. Em La Plata se podia fazer visitas 3 vezes por semana e Flávio pode receber muito carinho dos familiares. Apesar de tudo o que tinha passado, ele se recuperava bem. Naquela época, se pensava que logo a situação estaria resolvida. Mas houve mudanças de governo, de esquema carcerário e, depois de 11 meses, ele estava na chamada prisão preventiva, mais vigiada”.⁴²

Após sua libertação, em 79, Flávio foi concluir seus estudos em Paris. Diplomou-se em sociologia na École de Hautes Études de Sorbone, e seu trabalho de conclusão serviu de

³⁹ Folha da Manhã, 13.03.79

⁴⁰ O Rio grande, 24 a 30 de maio de 79.

⁴¹ Zero Hora, 12.10.78

⁴² O Rio Grande, 24 a 30 de maio de 79.

base o livro que lançou na sua volta ao Brasil, *Pedaços de Morte no Coração*, onde esclarece o funcionamento dos cárceres argentinos, baseado em sua própria experiência. Flávio esteve preso nas prisões de La Plata, Rawson, Coronda e Caseros. No prefácio explica as motivações para a escrita do livro:

“Este livro é a tentativa de explicar e analisar o que trago em mim de vivência, ferida e memória: minha experiência de prisão na Argentina entre 1975 e 1979. Por que fazê-lo? Há, certamente, uma vontade desesperada de ‘contar’. Uma necessidade de denunciar. Uma questão vital e moral.”

E continua:

“Na minha experiência pessoal, foram as exigências de um trabalho universitário que ‘ajudaram’ a sair do impasse e a começar, depois de 4 anos de gestação, a escrever. (...) Penso que se não houvesse escolhido esse caminho, não o teria jamais escrito.”⁴³

Segundo a teorização de Koutzii, o sistema carcerário argentino não nasceu com o golpe em 76. A ditadura que se instaurava se utilizou do “know-how” adquirido ao longo das ditaduras precedentes, entre 66 e 72, e o aperfeiçoou. O universo carcerário era composto por celas individuais, inseridas em pavilhões homogêneos. A idéia aqui era “isolar, mesmo agrupando”⁴⁴. Os presos eram isolados em celas individuais, e proibidos de conversarem entre si, a não ser durante os poucos minutos do “recreio”. O objetivo era manter o isolamento dos presos “em todos os níveis e por todos os instantes”. Nos pavilhões, eram agrupados por quesitos que variavam conforme a prisão: periculosidade, firmeza ideológica, grupo político, etc. Dependendo do pavilhão em que o preso se encontrava, ele poderia contar com alguns benefícios a mais do que os presos de outros pavilhões. Era uma espécie de hierarquização interna. Os pavilhões em que os presos mostravam-se mais colaboradores recebiam mais benefícios que os que eram considerados mais resistentes. Para Flávio,

“a hierarquização aparece como meio de dominação: num universo onde, aparentemente, não há mais nada a perder, a hierarquização dos pavilhões cria o fato de que há sempre alguma coisa a perder, seja um pouco de mel ou cigarro”.⁴⁵

Outro aspecto que contribuía para a desestabilização dos presos políticos era a ausência de um regulamento interno em cada prisão, o que de certa forma justificava a variação das leis segundo os pavilhões ou as equipes de guarda. De maneira genérica e sem qualquer formalização, as seguintes regras eram aplicadas nos cárceres argentinos: proibição

⁴³ KOUTZII, Flávio. *Pedaços de morte no coração*, p. 13.

⁴⁴ Idem, p.31

⁴⁵ Idem, p. 32

de leituras (exceto a Bíblia), proibição de ginástica ou qualquer exercício físico e esportivo, proibição de canto ou assovio, proibição de comunicação com outros presos, obrigação de vestir uniforme, proibição de todo tipo de trabalho. A obrigação do uso do uniforme criava mais um tipo de tortura aplicado aos prisioneiros: eles eram deixados com o uniforme da estação passada por um mês a mais. Ou seja, no inverno passavam frio com o uniforme de verão, no verão passavam calor com o uniforme de inverno.

Havia também uma série de regulamentações sobre os movimentos permitidos dentro e fora das celas. Horários de sono, a proibição do riso, a forma de guardar os pertences, tudo para anular o controle do prisioneiro sobre o próprio corpo. Sobre isso, Flávio escreve:

“A ordem é imposta pelos agentes repressivos, mas a autodisciplina é este movimento de decisão racional que, visando à autopreservação, é produzido pelo próprio prisioneiro. A construção desta autodisciplina é contraditória porque ela é ao mesmo tempo *necessária e temível*. Sua realização implica em interiorizar, apesar de nosso desejo em contrário, a figura do carcereiro em nós mesmos. Como controlar esta ‘invasão’ é a luta suprema de cada prisioneiro”.⁴⁶

Flávio Tavares, Flavio Koutzii e Flávia Schilling foram libertados em 1978, 1979 e 1980, respectivamente, frutos de amplas campanhas de solidariedade que mobilizaram esforços no Brasil e no exterior. No próximo capítulo, veremos o desenvolvimento de tais campanhas, e sua inserção no movimento pela anistia.

⁴⁶ Idem, p. 38.

Capítulo 2:

A luta pela anistia e as campanhas pela libertação dos Flávios e da Flávia

A situação vivida por Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling nos cárceres políticos do cone sul tornou-se conhecida pelos brasileiros através das campanhas de libertação desenvolvidas por diversas entidades no Brasil e no exterior. Essas campanhas acabaram se transformando, para os movimentos que no Brasil lutavam por anistia, em uma oportunidade imperdível para alcançar grandes parcelas da sociedade. Com seu apelo humanista, as campanhas visavam sensibilizar a população para a situação vivida por esses jovens, abandonados no exterior e sofrendo toda a sorte de maus tratos.

A campanha pela anistia encontrava-se, à época da mobilização dos Flávios e da Flávia, em fase de consolidação. A dificuldade inicial de explorar um tema aparentemente tão distante da maior parte da sociedade já havia diminuído, e o movimento conquistava cada vez mais adeptos.

Para compreendermos melhor as lutas pela libertação dos Flávios e da Flávia, convém nos determos um pouco mais na luta pela anistia, na qual tais campanhas estão fortemente desvinculadas.

2.1: O movimento pela Anistia

Em maio de 75, Therezinha Zerbini fundava em São Paulo a primeira das entidades pró-anistia no Brasil: o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). No mesmo ano, o movimento seria expandido para outros estados. No Rio Grande do Sul, uma reunião na sede da Associação Rio Grandense de Imprensa (ARI) deu início às atividades do MFPA-RS, sob a presidência da estudante de sociologia e esposa do político emedebista Glênio Peres, Lícia Peres.

As atividades desenvolvidas no período visavam basicamente a divulgação do movimento e do próprio conceito de anistia, cujo entendimento era desconhecido pela maioria da população. Como esclarece Lícia Peres,

a primeira ação que nós achamos importante era o seguinte: a população tem que saber o que era a anistia (...)A gente começou a visitar feiras, supermercados, igrejas, porta de fábricas pra coletar o abaixo assinado que seria entregue ao Golbery.⁴⁷

⁴⁷ Entrevista realizada com Lícia Peres em 03 de abril de 2008.

Além do caráter de divulgação, o movimento também objetivava nesse período a conquista de adesões e apoios à causa. A primeira atividade de peso desenvolvida pelo MFPA foi justamente a coleta de assinaturas para o manifesto pró-anistia. Nesse sentido, as mulheres do MFPA percorreram bairros, vilas, fábricas e faculdades, nem como cidades do interior, para recolher as assinaturas. O Rio Grande do Sul foi o estado que mais assinaturas obteve – um indicador do peso do movimento gaúcho no resto do país, ao menos nesta fase inicial. Das 12 mil assinaturas recolhidas em todo o Brasil, quase 8 mil foram arrecadadas no estado, sendo que São Borja, berço do nacionalismo, foi responsável por 3 mil destas.⁴⁸

Além disso, dentro dessa perspectiva de busca de adesões, o movimento procurava manter contato com políticos e outras autoridades. Na ata de 05 de dezembro de 75 foram citados os nomes dos deputados emedebistas Lélío Souza, Lauro Rodrigues e Waldir Walter como importantes apoiadores da anistia. As mulheres tentaram também o apoio do arcebispo de Porto Alegre, D. Vicente Scherer, na esperança de que ele seguisse os passos de D. Evaristo Arns, que em São Paulo declarara apoio ao movimento. D. Vicente foi evasivo, e respondeu que não poderia envolver seu nome em questões políticas. E que quanto ao caso dos presos políticos, corria-se o risco de que se beneficiasse tanto aqueles que estavam aprisionados apenas por não concordar com o regime, daqueles que efetivamente tinham cometido crimes, como assassinatos e roubos.⁴⁹ Em 1976, numa segunda tentativa de aproximação, o arcebispo declara aspirar ardentemente a pacificação da família brasileira⁵⁰. Um resposta ambígua e evasiva, mas que serviu às mulheres, ao menos publicamente, segundo declaração de Mila Cauduro, presidente do MFPA na ocasião.

A meta do MFPA de conquistar o maior número de adesões possível refletia-se no caráter um tanto conservador e conciliatório do movimento. Auto-declarado “cristão e apartidário”, não recebeu o devido apoio do máximo representante católico no estado, e mantinha estreitas relações com vários parlamentares e diversos setores do MDB. O discurso presente nesses momentos iniciais da luta visava mais a conciliação e a pacificação nacional, deixando de a discussão sobre a condenação dos agentes repressivos. O movimento declarava também apoiar o presidente Ernesto Geisel, que elegera-se sob a bandeira da distensão lenta, gradual e segura, cuja proposta de anistia foi classificada como “ampla e generosa”.

É significativo o uso da representação do Brasil como uma família – dilacerada pelas diferenças políticas. A anistia entraria assim, como a responsável por reconciliar essa família,

⁴⁸ Ata n. 2, Livro de Atas do MFPA, 05.12.75

⁴⁹ Zero Hora 24.06.1975 e Folha da Manhã. 25.06.1975.

⁵⁰ Carta de Dom Vicente Scherer enviada ao MFPA-RS. 30.08.1976.

fazer com que seus membros “fizessem as pazes” e voltassem a conviver pacificamente. Nas próprias palavras de Mila Cauduro, a anistia era um “ato que virá pacificar a família brasileira, reintegrando, assim, centenas de ilustres patrícios nossos no processo político nacional”.⁵¹ Ao mesmo tempo em que essa imagem ajudava a conquistar mais apoio de setores mais conservadores da sociedade, ela também se adequava aos objetivos mais imediatos dessas mulheres: a volta dos exilados. Esta era a meta principal nesse período inicial de luta pela anistia, sendo que a grande maioria dessas militantes mantinham laços de amizade, sangue ou parentesco com brasileiros exilados no exterior. Nesse caso, a reconciliação da família não era uma mera figura de linguagem, mas sim a re-união familiar dessas próprias mulheres. Além dessa visão do país como uma família dilacerada por diferenças políticas, a Pátria também foi vista como uma casa, o lar para onde aqueles que estavam longe ansiavam voltar, em contrapartida com o slogan difundido pela ditadura “Brasil: ame-o ou deixe-o”.⁵²

Com o surgimento do CBA, na primeira metade de 78, a causa da anistia ganhou mais adeptos. Em fevereiro surge o primeiro núcleo, no Rio de Janeiro. Os núcleos do Rio Grande do Sul, Belo Horizonte e Londrina surgiram logo em seguida, em junho. O CBA pode ser considerado uma espécie de Fórum de Entidades da sociedade civil, com representantes do movimento sindical, estudantil, de Justiça e Direitos Humanos, organizações feministas e ambientalistas, familiares de mortos e desaparecidos. A reconquista do espaço público tomava fôlego nessa segunda metade dos anos 70. O movimento estudantil se rearticulava, e se engajava na campanha pela anistia. A política de Direitos Humanos do presidente Carter, dos EUA, condenava as violações do governo brasileiro. Aproveitando-se do contexto internacional de Direitos Humanos, o movimento pela anistia associava cada vez mais a imagem da anistia aos direitos humanos.⁵³

Foi em 78 que realizou-se o I Congresso Nacional pela Anistia, idealizado após a constatação do crescimento do movimento nesse mesmo ano. Esse Congresso pode ser considerado um divisor de águas na história da luta pela anistia. Contando com um público de aproximadamente 1000 pessoas, as resoluções tomadas no encontro nortearam os rumos da luta nos meses subsequentes. Percebendo o crescimento dos movimentos sociais, a orientação foi a popularização da luta, associando-se aos novos movimentos e buscando maior inserção

⁵¹ Carta do MFPA ao deputado Alcides Franciscato (Arena – SP) em 29.09.76.

⁵² RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. *História Unisinos*, v. 13, p. 129-137, 2009.

⁵³ GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em História).

na luta pelas liberdades democráticas. Outra resolução foi a intensificação da denúncia de qualquer anistia que não fosse “ampla, geral, irrestrita”. A carta do Congresso explica essas insígnias: “Anistia pela qual lutamos deve ser **Ampla** – para todas as manifestações de oposição ao Regime; **Geral** – para todas as vítimas da repressão; e **irrestrita** – sem discriminações ou restrições”. Além disso, é desse congresso a resolução da ênfase nos Direitos Humanos, abarcando isso não só a questão da tortura (identificação, denúncia e punição dos torturadores), como também o esclarecimento e localização dos mortos e desaparecidos”.⁵⁴

A partir de 1978, o emblema “anistia para o povo” passou a ganhar espaço no discurso do movimento. A anistia, nesse sentido, passou a significar e se associar à justiça social. Com o propósito de popularizar a luta, o movimento passou a dar mais ênfase aos problemas sociais que atingiam a imensa parcela de pobres e miseráveis que tomavam conta das cidades e do campo brasileiros. O povo deveria ser anistiado da miséria e dos problemas sociais da mesma forma como os atingidos pela repressão ditatorial deveriam receber sua anistia política.⁵⁵ Com isso, o movimento iniciava um discurso mais aberto de críticas ao regime, ao referir-se à falta de eficácia nas políticas públicas e sociais, e no desamparo do povo frente a suas mazelas. O alvo das ações do movimento deixaram de ser o chamado “espaço instiuido”⁵⁶, ou seja, o espaço político, parlamentar. O alvo era agora a sociedade civil, que vinha se recuperando da desarticulação promovida pelos anos de ditadura, e começava nesse período a reconquistar o espaço público.

A documentação encontrada desses encontros e reuniões nacionais exhibe a bandeira da anistia sempre associada de exigências voltadas ou a questões sociais ou de direitos humanos: desmantelamento do aparato repressivo, fim das leis de exceção, apuração dos casos de tortura e desaparecidos, conquista de liberdades democráticas. E, a agora sempre presente, crítica a anistia parcial.

Com o envio ao Congresso Nacional do projeto de anistia do governo Figueiredo, em 27 de junho de 1979, a campanha pela anistia entrou em sua fase mais intensa de maior enfrentamento. As discussões acerca da popularização da luta e busca por adesões deram lugar ao objetivo principal de denunciar as limitações do projeto enviado. Confrontavam-se a

⁵⁴ Carta do Congresso – Compromisso com Anistia, novembro de 1978.

⁵⁵ Sobre isso, ver: DIENSTMANN, Gabriel; RODEGHERO, Carla Simone & TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*.(mimeo)

⁵⁶ GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em História).

visão de anistia do movimento, que a pretendia ampla, geral e irrestrita, e o projeto governamental, que acabou por mostrar-se restrito e recíproco. O projeto de Figueiredo excluía dos beneficiados pela lei os – assim denominados pela ditadura – “terroristas”. Ou seja, aqueles que haviam cometido assassinatos, assaltos, seqüestros. Outro ponto contrário ao movimento era a anistia aos chamados “crimes conexos” aos crimes políticos. Ou seja, os torturadores e assassinos oficiais da repressão seriam também anistiados.

Esse último ponto na realidade causava polêmica mesmo entre a oposição. Não havia, nem dentro do movimento, um consenso em relação a punição dos torturadores, sendo que a maioria dos parlamentares do MDB, por exemplo, eram favoráveis à reciprocidade, ponderando que seria inimaginável o governo conceder a anistia sem beneficiar os seus. Essa era a opinião do deputado Carlos Augusto de Souza. Em entrevista concedida durante a pesquisa sobre a luta pela anistia no Rio Grande do Sul, o entrevistado relembra:

“Na época eu me lembro, a gente até pra facilitar a anistia, pra conseguir que aprovassem a anistia, a gente defendia que fosse recíproca [...]Não se falava muito no tema, mas se tinha um entendimento de que era recíproca (...)porque senão, eles não dariam a anistia”.⁵⁷

Em 22 de agosto de 1979, em meio a intensas agitações em todo o Brasil – inclusive na Assembléia Legislativa do estado – foi aprovada a lei 6.683, concedendo a anistia conforme os interesses do governo: recíproca e restrita. No mesmo dia da votação do projeto, Suzana Lisboa, esposa de Luis Eurico Tejera Lisboa, desaparecido político, anunciou a localização das ossadas de seu marido, no cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. O corpo de Luis Eurico foi o primeiro corpo de um desaparecido político a ser encontrado.⁵⁸

As campanhas pela libertação de Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling foram os momentos em que o movimento pela anistia melhor se aproximou dos propósitos de propagandear a causa, denunciar a ditadura e popularizar a luta. Os três jovens presos nos países vizinhos – coincidentemente gaúchos e com o mesmo nome – rapidamente ganharam a simpatia de grande parte da população e caíram nas graças da oposição. O fato de serem jovens também contribuiu para a aceitação popular. A imagem da juventude perdida e enclausurada em cárceres estrangeiros foi bastante utilizada. Vejamos mais detidamente cada campanha.

⁵⁷ Entrevista concedida por Carlos Augusto de Souza para Carla Rodeghero, Gabriel Dienstamann e Tatiana Trindade, em 14.05.2009.

⁵⁸ BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à memória, direito à verdade*. Brasília, 2007, p. 310-312.

2.2: A Campanha pela Libertação de Flávio Tavares

Como visto no capítulo anterior, Flávio Tavares foi seqüestrado por agentes da ditadura uruguaia em 14 de julho de 1977, acusado de espionagem. Permaneceu preso por seis meses, período durante o qual foi torturado e submetido a fuzilamentos simulados.

A campanha em prol da libertação de Tavares foi iniciada por seus colegas jornalistas do jornal *Estado de São Paulo*, que divulgaram o seqüestro no Brasil, impedindo que Tavares fosse devolvido à ditadura brasileira. O gaúcho foi oferecido pelos uruguaios ao governo brasileiro, o significaria para Flávio – um banido – execução. Na sexta-feira imediata à prisão, um agente da ditadura uruguaia foi enviado ao Brasil para negociar com os militares, mas não encontrou ninguém e não pôde esperar até a segunda. Nesse meio tempo, o *Estado de São Paulo* divulgou o denunciou o seqüestro e o tornou público. A partir daí, uma extensa mobilização nacional e internacional para libertar Tavares se iniciou.⁵⁹

A campanha contava com o apoio de grande parte dos jornalistas: o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Porto Alegre, a Associação Rio-Grandense de Imprensa, o Clube dos Repórteres Políticos de Porto Alegre e a Associação de Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul, além do apoio de seus colegas do jornal *Excelsior* e *Estado de São Paul*⁶⁰. Como veremos mais adiante, a imprensa teve importante papel nas três campanhas, da mesma forma como foi uma intensa colaboradora do movimento pela anistia. Fato este que se deve em grande parte ao lento processo de abertura política vivenciado pelo país no fim dos anos 70. No caso de Tavares, a atuação da imprensa era ainda mais necessária por tratar-se da prisão de um colega.

Além do apoio dos colegas da área da imprensa, a campanha em prol de Tavares contou com o apoio fundamental do Movimento Feminino pela Anistia (o CBA só seria lançado em abril do ano seguinte, em 78). O apoio foi reconhecido pela própria mãe de Flávio, dona Olívia Tavares, ela própria uma filiada ao movimento. Uma reportagem do *Estado de São Paulo* explora essa relação. Olívia teria dito às líderes do movimento “você não sabem o bem que estão me fazendo”. Em resposta, as representantes do MFPA “asseguraram a dona Olívia

⁵⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005; TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*.

⁶⁰ *Jornal do Comércio*, 13.12.77

que ela não estava sozinha na luta e na esperança pela libertação do filho ainda antes do Natal”.⁶¹

Uma nota do MFPA, publicada no *Jornal do Comércio*, conclamava “todos os homens de boa vontade, organizações, entidades, sindicatos, estudantes que se mobilizem numa cruzada de solidariedade fraterna ao nosso patrício – jornalista Flávio Tavares que se encontra morrendo nos cárceres do Uruguai”. Continuava a nota com a solicitação da direção nacional do movimento para que o MFPA-RS mobilizasse “todos os recursos da comunidade no sentido de atuar junto às autoridades uruguaias locais a fim de que tomem ciência desta manifestação, deste apelo, desta vontade dos brasileiros livres”.⁶²

Além do apoio e do engajamento dos sindicatos e entidades citados, a atuação de parlamentares foi de suma importância. Em dezembro de 77, o vereador Ibsen Pinheiro (MDB-RS), propôs que a Câmara Municipal de Porto Alegre enviasse correspondência ao Ministério das Relações Exteriores, pedindo a intervenção do chanceler Azeredo Costa junto às autoridades uruguaias. A proposta foi aprovada na Câmara Municipal e apoiada pelo deputado emedebista Pedro Simon, na Assembléia Legislativa.

Ainda em dezembro de 77, o deputado Romildo Bonzan (MDB-RS) enviou um comunicado ao presidente da Comissão de Direitos Humanos da ONU em Genebra, informando a prisão de Tavares e seu estado de saúde. O deputado solicitava interferência da comissão junto ao governo uruguaio, em vista do desrespeito aos “princípios basilares do Direito”, conforme a correspondência.⁶³

No livro em que narra suas vivências no período da ditadura, Tavares lembra a campanha que resultou em sua libertação, e a dimensão internacional que ela tomou:

“assisti a uma comovedora e inenarrável mobilização de solidariedade, iniciada pelos jornais *O Estado de São Paulo* e *Excelsior*, e à qual se somou toda a imprensa brasileira e mexicana, SIP, a OAB e a ABI, além de advogados, políticos, as Igrejas católica e Luterana e gente anônima, que só queria ajudar. O presidente Carter, dos EUA, e o papa Paulo VI intercederam ante o Uruguai pela minha libertação e o primeiro-ministro de Portugal, Mário Soares, ofereceu-me asilo, já que o terror na Argentina me impedia de voltar a Buenos Aires. Em Londres fui declarado ‘preso do ano’ pela Amnesty International e a mobilização foi tanta que o próprio presidente Ernesto Geisel pressionou pela minha libertação no Uruguai, ainda que – por ser um ‘banido’ – eu não pudesse retornar ao Brasil”.⁶⁴

⁶¹ *O Estado de São Paulo*, 15.11.1977.

⁶² *Jornal do Comércio*, 13.12.77

⁶³ *Folha da Tarde*, 27.12.77

⁶⁴ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*, p.261

Flávio Tavares foi libertado em 25 de janeiro de 1978. Cronologicamente, sua prisão foi a última a se realizar (Flávia Schilling foi presa em 72, Koutzii em 75 e Tavares em 77). Mas sua campanha, como a primeira delas, serviu como experiência e atestado de força do que mobilizações desse tipo são capazes.

2.3: A campanha pela Libertação de Flávia Schilling

Flávia Schilling foi presa no Uruguai em novembro de 1972, junto a seu companheiro. No momento de sua captura, foi baleada por um policial no pescoço. Encaminhada primeiro a um Hospital Militar, onde permaneceu incomunicável, a jovem seguiu depois uma rotina de transferências carcerárias, e alterações de regime prisionais constantes – método usado pela ditadura Uruguaia para desestabilizar o preso político.

Logo sua história passou a ser um ponto de luta no Brasil contra o Regime Militar, que nada fazia com relação à prisão da brasileira em terras estrangeiras. Em um ato público na Assembléia Legislativa do Estado, na noite de 02 de dezembro de 1978, promovido pelo CBA-RS e mais 22 entidades de defesa dos direitos humanos, foi lançada a Campanha Nacional em favor de Flávia Schilling. Um dos pontos era a arrecadação de fundos para pagar os 15 mil dólares (cerca de 300 mil cruzeiros) exigidos pelo governo uruguaio como “taxa de hospedagem” da prisioneira. Flávia só seria libertada se a quantia estipulada (uma espécie de reembolso pelos gastos do governo com a detenta) fosse paga. O dinheiro arrecadado nos postos de coleta espalhados pelo país inteiro era depositado em uma conta na Caixa Estadual, chamada de “Fundo de Libertação Flávia Schilling”.

Apesar das promessas de abertura lenta, gradual e segura do presidente Geisel, houve enfrentamento entre a brigada Militar e os manifestantes que recolhiam os donativos para a campanha de Flávia. Pela manhã, foi organizada pelo Movimento pela Anistia uma caminhada na Rua da Praia, que contou com a participação de vereadores e deputados do MDB, integrantes do CBA e do MFPA e membros do Diretório Central dos Estudantes da UFRGS. Mila Cauduro gritava por um megafone que a passeata, e que os manifestantes evitassem radicalizações. O vereador do MDB, Antônio Cândido carregava um cesto, onde eram depositadas doações para Flávia. A manifestação foi apenas assitida pela Brigada, que não interferiu.

Porém, quando durante a tarde, se realizava a coleta de donativos próximo aos estandes da Feira do Livro, cerca de 500 brigadianos foram enviados ao local para reprimir os

manifestantes. Cartazes que estampavam frases como “Exigimos Flávia Schilling antes do natal”, “Anistia ampla e irrestrita”, “Campanha de arrecadação de fundos para Flávia Schilling”, foram arrancados pelos brigadianos, que também dispersaram os manifestantes. O motivo de tamanha repressão não foi justificado, segundo Lícia Peres, que liderava o evento na hora em que os policiais chegaram. Segundo suas palavras ao Jornal *Folha da Manhã*, de 14 de dezembro de 1978, “os que arrecadavam dinheiro para Flávia estavam calmos na Feira do Livro”, e o movimento tem “cunho assistencial”.⁶⁵

Waldir Walter e Algir Lorenzon manifestaram-se na Assembléia sobre o ocorrido. Algir assim se referiu à campanha: “a campanha deveria ter partido do governo federal que deve ter a preocupação de ver que uma compatriota, brasileira, está presa, sofrendo torturas de toda a espécie, longe de sua família há mais de seis anos e o governo uruguaio exige uma recompensa de Cr\$ 300 mil para lhe dar liberdade”.⁶⁶

A campanha pela coleta de donativos foi a culminação de um movimento anterior de solidariedade à Flávia, promovido pelas entidades de Direitos Humanos e de anistia, e apoiado e veiculado por grande parte da imprensa. Na única vez que Ingeborg Schilling, mãe de Flávia, esteve em Porto Alegre durante a campanha, compareceu a um ato na sede da ARI, junto a representantes do MFPA e do então advogado de Flávia, Décio Freitas, no qual agradeceu o apoio e solidariedade recebido da imprensa.⁶⁷ Durante sua estadia, participou também de uma entrevista concedida na Assembléia Legislativa, em que noticiou o estado de saúde e as condições de sua filha no cárcere. Segundo ela, Flávia sofria de bronquite asmática e de gastrite crônica, devido à má alimentação penitenciária.⁶⁸

No final de 78, Flávia foi diagnosticada com um fibroma no útero. A notícia causou grande repercussão na imprensa, pois se temia que a oportunidade fosse usada para esterilizar a jovem. Além disso, a atitude do governo uruguaio de proibir a presença de familiares ou de um médico por eles enviado, causava suspeitas.

Uma comissão formada por representantes do MFPA-RS, pelos deputados gaúchos Américo Copetti, Algir Lorenzon e Cezar Schirmer, e pela mãe do jornalista Flávio Tavares e a irmã do ex-governador Leonel Brizola, se encontrou com o cônsul uruguaio em Porto Alegre, Daniel Frias Vidal, para solicitar autorização para que a operação pudesse ser assistida por um médico ou familiar. Na ocasião apresentaram uma nota responsabilizando

⁶⁵ Reportagem jornal *Folha da Manhã*, de 14 de dezembro de 1978.

⁶⁶ Idem

⁶⁷ Nota, *Correio do Povo*, 1/11/1978.

⁶⁸ Reportagem, *Folha da Manhã*, 24/10/1978.

“os governos uruguaio e brasileiro pela vida desta desventurada jovem que se encontra em situação de absoluto desamparo afetivo, longe de sua pátria⁶⁹”. A resposta do Cônsul foi de que o máximo que lhe caberia fazer no caso era enviar a nota ao embaixador do Uruguai em Brasília para que este tomasse as medidas cabíveis. No mesmo dia, o deputado estadual Carlos Augusto de Souza em um discurso na Assembléia Legislativa do Estado leu a mesma nota que estava sendo entregue ao Cônsul. ⁷⁰O pedido não foi aceito e a operação acabou sendo realizada sem a presença de médicos familiares. Felizmente tudo correu bem e a cirurgia foi realizada com sucesso.

Ainda em 78 foi entregue ao chanceler Azeredo da Silveira uma carta, assinada por 150 jornalistas brasilienses, com informações segundo ele desconhecidas até então pelo governo brasileiro. O documento continha informações sobre as condições de vida de Flávia no cárcere. Azeredo solicitou ao cônsul do Brasil em Montevideú, Agenor Soares dos Santos informes urgentes sobre a gaúcha. A partir daí, o envolvimento do governo brasileiro no caso vai ganhando força. O cônsul passou a visitar regularmente Flávia, levando inclusive livros para a prisioneira.

Em maio de 1979, os advogados Gerson Mendonça e José Antônio Ivo Galli substituíram Décio Freitas na defesa de Flávia Schilling. Freitas foi afastado do caso devido aos altos custos de seu trabalho. Segundo a ata de uma reunião do MFPA-RS de junho de 79, Décio Freitas havia se oferecido para trabalhar gratuitamente no caso, mas acabou por lançar na prestação de contas do *Fundo de Libertação Flávia Schilling* a quantia de 2 salários mínimos por dia. O MFPA, a pedido do pai de Flávia decidiu pagar a quantia estipulada, para evitar maiores escândalos. Acabou também por congelar os fundos para evitar que o “inescrupuloso advogado os consumisse totalmente”. ⁷¹ Décio Freitas, por sua vez, partiu para a ofensiva, acusando Paulo Schilling de fazer uso político de sua filha, e as tesoureiras da campanha de Flávia, de apropriação indébita e malversação dos fundos.

Flávia foi libertada em abril de 1980, através de uma lei que libertava e expulsava do país todos os presos estrangeiros. Após sete anos e meio, Flávia estava finalmente libertada. E jamais deixou de reconhecer a importância dos movimentos de anistia nessa luta: “É claro que fui beneficiada pelo grande movimento da Anistia no Brasil. Fui liberada por todos os

⁶⁹ Documento “Brasileiras por uma exilada”, do MFPA-RS, 28/11/1978. Acervo particular do MFPA.

⁷⁰ Reportagem do Estado de São Paulo, de 30/11/1978.

⁷¹ Ata de reunião do MFPA-RS, de 26/06/1979, encontrado no acervo do MFPA.

brasileiros em 14 de abril de 1980 e, junto comigo, saíram da prisão todos os estrangeiros que estavam presos no Uruguai”.⁷²

2.4: A campanha pela libertação de Flávio Koutzii

Flávio Koutzii encontrava-se exilado em Buenos Aires quando foi preso junto a outros companheiros no apartamento de um amigo na capital argentina, em março de 75. Nesse mesmo ano já se iniciam os esforços internacionais para a libertação de Koutzii. Mas foi a partir de 77 que esses esforços se acentuaram, sobretudo na França, país em que Flávio havia se exilado logo que saiu do Brasil, em 70.

Em junho de 77, um manifesto assinado por 43 intelectuais, entre eles Simone de Beauvoir e Júlio Cortázar, pedia pela liberdade de Koutzii. Na França, uma campanha apoiada por diversas personalidades, solicitava às autoridades francesas sua intervenção junto ao governo argentino para que Flávio pudesse ser tratado na França. O governo francês já havia expedido anteriormente um *laissez-passez* a Koutzii, e o jovem já havia conseguido também um certificado de compromisso de emprego neste país. Flávio Koutzii sofria de problemas cardíacos e de hipertensão arterial. Segundo sua mãe, os problemas foram acarretados pelas torturas e maus tratos na prisão.⁷³ De qualquer forma, segundo o informe apresentando junto ao abaixo-assinado, as autoridades penitenciárias, por diversas vezes suspenderam arbitrariamente a administração de medicamentos indispensáveis a sua sobrevivência.⁷⁴

Em 78, um manifesto assinado em Lisboa por intelectuais e parlamentares portugueses, entre eles Mario Soares e Flávio Tavares, que se encontrava exilado no país, foi divulgado e entregue a autoridades argentinas.⁷⁵ No mesmo ano, Norma Espínola, companheira de Flávio, foi até Genebra, Suíça, para uma audiência com o Conselho Mundial das Nações Unidas. Foi programada também uma campanha nos meios estudantis da cidade de Dijon, na França.⁷⁶

Ainda no ano de 1979, o deputado federal Airton Soares (MDB-SP) foi designado por Clara Koutzii, mãe de Flávio, como advogado de seu filho, responsável por tomar as medidas

⁷² Depoimento de Flávia Schilling ao site Perseu Abramo, em 28 de agosto de 1999, por ocasião dos 20 anos da lei de anistia: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1833>. Acessado em 09 de janeiro de 2009.

⁷³ Folha da Manhã, 13 de março de 1979.

⁷⁴ Abaixo-assinado em francês, sem data, do arquivo do MFPA.

⁷⁵ Informação retirada da listagem do acervo particular de Flávio Koutzii, disponibilizado pelo professor Benito Schmidt

⁷⁶ Relatório de 27.02.78, sobre as iniciativas desenvolvidas na França.

cabíveis junto às autoridades argentinas. Koutzii possuía também outros dois advogados argentinos, já que, assim como no caso de Flávia Schilling, estrangeiros não poderiam advogar. Ao longo de seu trabalho como defensor de Flávio, Airton Soares fez ao todo três visitas ao brasileiro; uma quando ainda estava em La Plata, outra em Rawson e outra quando foi transferido para La Coronda.

No início de 79, em 12 de março, foi lançada formalmente a Campanha pela Libertação de Flávio Koutzii, em um ato realizado na Assembléia Legislativa. A exemplo do que vinha acontecendo com Flávia Schilling, a campanha a favor de Koutzii, ao mesmo tempo em que pressionava as autoridades argentinas, denunciava as arbitrariedades do governo daquele país e o descaso do governo brasileiro com os compatriotas presos em outros países. Sendo assim, seu nome juntou-se ao de Flávia na luta pela anistia. O nome de ambos era associado pelos movimentos de anistia à contestação ao regime militar, não sendo diretamente atingidos por uma possível promulgação da anistia brasileira, já que estavam condenados por leis estrangeiras. Mas continham um forte apelo no sentido de sensibilizar grandes parcelas da sociedade para a colaboração entre as ditaduras do cone sul, para o desrespeito aos direitos humanos na região, e para a brutalidade do regime que obrigou esses jovens a deixar o país.

No dia 20 de fevereiro de 1979, a mãe de Flávio, Clara Koutzii, recebeu um chamado urgente de Buenos Aires. Lá chegando, Flávio lhe pediu que denunciasse as condições carcerárias em que se encontrava. O recado deixou dona Clara ainda mais nervosa: “meu filho nunca pediria que denunciasses suas condições carcerárias se realmente não estivesse mal, pois está correndo, inclusive, perigo de vida com esta atitude”, disse em uma entrevista, cumprindo a promessa ao filho.⁷⁷

Ao longo dos meses seguintes, várias atividades pressionando pela libertação de Flávio, como palestras, abaixo-assinados e atos públicos, entre outros, foram promovidas em todo o Brasil. Segundo palavras do próprio Flávio Koutzii, “a campanha dos comitês que produziam noticiários sobre a minha situação de brasileiro preso na Argentina, as repercussões das visitas da Cruz Vermelha e entidades e diplomatas significava uma denúncia permanente da ditadura Videla, fazendo com que minha presença se tornasse um incômodo para o governo militar. Eu estava condenado a 6 anos e meio de prisão e acabei, fruto desta campanha, sendo indultado pelos militares”.⁷⁸ O brasileiro passava a ser um estorvo para o

⁷⁷ Folha da Manhã, 13 de março de 1979.

⁷⁸ Depoimento de Flávio Koutzzi, ao site Perseu Abramo, em 20/08/99, por ocasião dos 20 da lei de anistia: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1831>. Acessado em 09/02/09.

governo argentino, tamanha a repercussão negativa que sua prisão causava em diversas partes do mundo.

Em maio de 79, o presidente Jorge Videla assinou decreto anistiando e expulsando do país Flávio Koutzii. Foi liberado no dia 02 de junho do mesmo ano, após 4 anos de reclusão. Tinha, então 36 anos. Embarcou para a França, onde recebeu tratamento de saúde adequado. Ali, concluiu o curso de sociologia com uma tese em que relatava sua experiência carcerária na Argentina. Quando voltou definitivamente ao Brasil, em 1984, a tese foi transformada no livro *Pedaços de morte no coração*.

As campanhas, como vimos, estavam fortemente vinculadas à luta pela anistia, embora os três gaúchos não fossem diretamente beneficiados por uma provável aprovação da lei no Brasil. O movimento pela anistia utilizava-se dessas situações como uma forma de se aproximar da sociedade, trazendo o apelo de jovens compatriotas obrigados a abandonar a pátria e a família, e também abandonados pelo governo, sofrendo torturas, maus-tratos e em péssimas condições nas prisões do Cone Sul. Eles eram a concretização da família brasileira despedaçada e separada. E talvez por isso as mães tivessem desempenhado papel tão importante na luta pela libertação de seus filhos, personificando a própria luta das pioneiras que invocaram a figura da “mulher mãe” para iniciar o movimento pela anistia. Além disso, a divulgação desses casos trazia à tona a realidade das ditaduras vizinhas e a cooperação e apoio entre elas. Dava a noção de que a situação brasileira não era única e isolada, mas fazia parte de todo um contexto repressivo que havia tomado conta do sul do continente.

Uma boa idéia da importância das campanhas para o movimento e para os militantes envolvidos pode ser tirada das entrevistas realizadas durante o trabalho na bolsa de pesquisa. Os entrevistados levantaram as campanhas dos Flávios e da Flávia como um dos momentos de maior impacto na luta pela anistia⁷⁹.

Luis Tadeu Viapiana, membro do CBA na época das campanhas, destacou

“dois momentos marcantes na luta pela anistia – nesses dois momentos, a gente conseguiu tornar ela uma luta mais direta em defesa de determinadas pessoas – que foi a luta que envolveu a Flávia Schilling e a libertação do Flávio Koutzii. Estes dois momentos foram importantes porque eles foram antes, muito antes da decretação da anistia, antes do projeto. E as duas histórias (...) nos permitiram explicar para a população, concretizar, vamos dizer assim, a luta pela anistia, em cima de duas

⁷⁹ Os trechos das entrevistas foram retirados do livro *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*.

peessoas que eram daqui, que eram conhecidas da população do Rio Grande do Sul, e que estavam sem possibilidade de voltar ao Brasil.”⁸⁰

Élvio Figueiró, também militante do CBA-RS, afirmou que “a primeira personalização de nomes surge com a Flávia Schilling e com o Flávio Koutzii”.⁸¹ Segundo Élvio, as manifestações iniciavam-se com atos na Rua da Praia, na Esquina Democrática, com aproximadamente 15 pessoas. E que iam aumentando até chegar a centenas de participantes:

“Mas, o que é que a gente fazia? A gente se reunia e ia lá uma vanguarda do Movimento Estudantil, iam lá quinze [pessoas], abriam as faixas. Na medida em que [alguém] saía gritando palavras de ordem, ia juntando gente.(...) e havia essa simpatia na população, de uma luta democrática, então era muito comum começar com vinte, trinta [pessoas] a passeata e terminar com quinhentas, seiscentas, mil.”⁸²

No capítulo seguinte, veremos como as senhoras Olívia Tavares, Ingeborg Schilling e Clara Koutzii engajaram-se nessa luta, e como elas foram decisivas para que a história da prisão de seus filhos tivesse final feliz.

⁸⁰ Entrevista concedida por Luís Tadeu Viapiana.

⁸¹ Entrevista concedida por Élvio Figueiró.

⁸² Idem

Capítulo 3: “Meu filho corre risco de vida na prisão”: a luta de Olívia Tavares, Clara Koutzii e Ingeborg Schilling pela libertação de seus filhos

Em 30 de abril de 1977, um grupo de aproximadamente 16 mães argentinas se reuniu pela primeira vez na Plaza de Mayo – centro de mobilizações sociais e políticas de Buenos Aires.⁸³ Cansadas de percorrerem delegacias de polícia, Ministério do Interior, igrejas e políticos, em busca de informações sobre seus filhos desaparecidos, sem nada conseguirem, essas mães decidiram ir à praça e elaborar uma carta solicitando audiência com o presidente da República para esclarecer a situação de seus filhos. Escolheram um sábado, até que se deram conta de não haveria ninguém nesse dia para escutá-las. Na semana seguinte foram numa sexta. Na outra foram na quinta. E a partir de então, a ronda das quintas-feiras, três e meia, tornou-se uma tradição.

O grupo que se iniciou condensado naquela quinzena de pioneiras, foi pouco a pouco crescendo. Passaram a buscar outras mulheres na mesma situação, saindo a procura de adesões nas delegacias e no Ministério do Interior – onde as mães desesperadas iam atrás informações sobre seus filhos –, e de casa em casa, onde procuravam por desaparecidos, e convocavam a irem até a Praça. Hebe Bonafini, uma das fundadoras e mais conhecidas militantes da organização, lembra que a maioria das pessoas abordadas recebia negativamente as propostas das Madres: “De cinco casas, tres seguro no nos abrían o no nos atendían o nos desconfiaban, pero había dos que si recibían nuestra mensaje”⁸⁴.

As Mães da Praça de Maio, como passaram a ser conhecidas, se aproveitavam da visita de personalidades internacionalmente conhecidas para se promover e divulgar sua luta. Utilizando-se da grande cobertura da imprensa estrangeira, as mães denunciavam a ditadura argentina e a situação dos desaparecidos políticos. A Copa do Mundo de Futebol, realizada na Argentina, em 1978, foi uma grande oportunidade para a denúncia. A imprensa estrangeira passou a veicular os apelos das mães, e a transmitir suas manifestações. A Holanda, por exemplo, transmitiu a ronda das mães na Praça ao invés da abertura do evento. A partir da divulgação internacional através do espaço aberto pela Copa, começaram a surgir organizações de apoio às *madres* no exterior, em diversos países. É o caso da SOLMA

⁸³ O relato sobre as Mães da Praça de Maio baseia-se na tese de Fábio Alves Araújo.

⁸⁴ ARAÚJO, Fábio Alves (2007). *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, p.107

(Solidariedade às Mães da Praça de Maio), que se reunia em frente à embaixada argentina em Paris, todas as quintas, as 3 meia, tal qual as madres o faziam na Praça de Maio.

Além disso, as *madres* se utilizavam de viagens à Europa e aos EUA para solicitar audiências, apoios, solidariedade. Em 1980, elas lançaram o primeiro de uma série de boletins sobre o movimento, construíram um escritório para que pudessem realizar suas reuniões e encontros, e criaram seu primeiro lema “desaparición con vida”. Em 82, por ocasião da Guerra das Malvinas, lançaram o lema “Las Malvinas son argentinas, los desaparecidos también”. Em 83 desenharam no chão da Praça silhuetas de corpos, representando os corpos dos filhos desaparecidos.

Toda essa atividade não passou impune à repressão do regime. Mesmo com a conquista da simpatia de grande parte da população, e o respaldo internacional que vinham conquistando, as madres vieram a ser vítimas, elas mesmas, de seqüestros e desapareções. Foi o caso de Azuzena Villafior, uma das mais importantes lideranças nesse momento inicial do grupo. Azuzena foi seqüestrada por agentes da repressão quando saía de casa justamente para buscar um exemplar do jornal La Nación, que publicava uma lista com os nomes das madres que haviam sido seqüestradas pela ditadura. Em 2003, os restos de Azuzena foram localizados e em 2005, identificados. Em 8 de dezembro de 2005, após a 25° Marcha de Resistência das Madres, suas cinzas foram enterradas aos pés da pirâmide da Praça.

O símbolo pelo qual passaram a ser conhecidas – o lenço branco amarrado na cabeça – surgiu durante a organização de uma marcha pelos direitos humanos. Pensando em como fazer para que todas se encontrassem, começaram a surgir idéias de formas de identificação. Segundo Hebe Bonafini:

Entonces empezamos a ver cómo nos identificaríamos, y una dijo ‘vamos a ponernos un pañuelo’. ‘um pañuelo... Y de que color?, porque tiene que ser del mismo color. ‘Y bueno, blanco’. ‘Y, che, y si nos ponemos un pañal de nuestros hijos’ (que todas teníamos esa cosa de recuerdo, que una guarda). Y, bueno, El primer día, en esa marcha a Luján, usamos el pañuelo blanco que no era otra cosa, nada más, ni nada menos, que un, pañal de nuestros hijos.⁸⁵

A Plaza de Mayo passou a ser o lugar de identificação imediata das mães e passou a ser conhecido como a Praça das *Madres*. Hebe Bonafini explica a ligação com o espaço:

Era um lugar donde nosotras nos comprendíamos y sentíamos con nuestros hijos. (...) En La Plaza todas éramos iguales. Ese ‘que te pasó?’, ‘como fue?’. Eramos una igual a la otra; a todas nos habían llevado hijos, a todas nos pasaba lo mismo, habíamos ido a los mismos lugares. Y era como que no había

⁸⁵ ARAÚJO, Fábio Alves. *Do luto a luta*, p.109

ningún tipo de distanciamento. Por eso es que la Plaza grupó. Por eso es que la Plaza consolidó.⁸⁶

As mães argentinas utilizaram-se e manipularam politicamente sua condição feminina e materna para generalizar o apoio e as adesões ao movimento. Utilizaram-se de sua posição como uma estratégia para alcançar maior popularidade no seio da sociedade argentina. Segundo Gorini, as mulheres surgiram como ponta de lança da resistência devido à pouca adesão masculina nos processos de busca e mobilização.⁸⁷ Um outro aspecto, levantado por Jelín, é que como os homens acabaram sendo a maior parte das vítimas diretas, às mulheres coube o papel defensoras da família,

A reflexão sobre a experiência das *madres* argentinas nos faz pensar sobre vários aspectos em relação à Olívia, Clara e Ingeborg. Um primeiro aspecto diz respeito às formas de organização. As mães dos Flávios e da Flávia não se organizaram em um movimento coletivo de mães, como as argentinas o fizeram. Podemos afirmar, nesse sentido, que a luta travada pelas brasileiras foi uma ação individual. Individual, mas não solitária. Muito pelo contrário. A batalha pela libertação de seus filhos recebeu apoio e participação ativa de amplos setores, tendo tido o apoio logístico essencial dos movimentos pró-anistia, que organizaram uma campanha institucional pela libertação de Koutzii e Schilling. Embora estas campanhas pelos Flávios e Flávia tenham reforçado a luta dessas mulheres, e dado força e visibilidade a sua atuação, não foram elas que fizeram essas mães saírem às ruas, lutarem por voz nos jornais, e percorrerem embaixadas atrás de seus filhos. Além disso, o apoio e a solidariedade entre as mães surgiu em várias ocasiões, mas sem repercutir em nenhuma cooperação formal ou oficial. Segundo uma reportagem da revista *Isto É* de 28 de fevereiro de 79, Ingeborg Schilling e Clara Koutzii chegaram a planejar uma parceria percorrendo todo o país visitando Assembléias Legislativas e Universidades, para falar sobre seus filhos. O acervo montado por Clara Koutzii e Norma Espínola, companheira de Flávio, continha várias reportagens e notas de jornais e revistas que tratavam unicamente do caso de Flavia Schilling, mostrando o quanto havia de proximidade entre os casos e as lutas. Olívia Tavares, como veremos mais adiante, viajou a Montevideu para tratar do caso de Flávia.

A experiência da ditadura argentina, não podemos nos esquecer, foi único e bastante distinto da experiência brasileira. Lá, os cálculos de mortos e desaparecidos pela repressão

⁸⁶ Idem, p. 113.

⁸⁷ DUARTE, Ana Rita Fonteles. *Reseña de “La Rebelión de las madres. Historia de las madres de Plaza de Mayo Tomo I (1976 – 1983)” de Gorini, Ulises*. Revista Estudos Feministas, Setembro-dezembro, ano/vol.15, nº3, p. 825-827.

chegam hoje a 30 mil⁸⁸. O impacto de tal política de extermínio na sociedade argentina se encontra refletido hoje nas inúmeras entidades de defesa dos direitos humanos, e de busca de desaparecidos.⁸⁹

As *madres* argentinas se inserem nessa comparação pelo fato de que são um paradigma no que se refere a mães que lutam por seus filhos, e são o exemplo maior dos usos da condição da maternidade para fins políticos, de denúncia, e de busca por justiça e verdade. Elas continuaram na luta mesmo após a queda da ditadura que assassinou seus filhos, e hoje militam não só pelo esclarecimento de seus casos particulares, mas também por diversas outras questões referentes aos direitos humanos.

No Brasil, um outro exemplo emblemático nesse sentido é o caso da estilista Zuzu Angel, mãe de Stuart Edgar Angel Jones. Stuart militava no Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) quando foi preso em 14/07/71, no Grajaú, Rio de Janeiro. O jovem foi levado para o Centro de Informações da Aeronáutica (CISA), onde foi barbaramente torturado e assassinado. Segundo uma carta enviada a Zuzu pelo preso político Alex Polari de Alverga, Stuart foi arrastado por um jipe pelo pátio interno da Base Aérea do Galeão, com a boca presa ao cano de descarga do veículo. Depois Stuart foi levado de volta a cela, de onde Alex conseguia ouvir seus gritos. Algum tempo depois, Alex viu o corpo de Stuart sendo carregado.⁹⁰

Zuzu, que desde a prisão do filho percorria delegacias, e corria atrás de notícias sobre seu filho, passou a partir de então a exigir a localização de seu corpo. Usou de suas influências enquanto estilista internacionalmente reconhecida, e da dupla nacionalidade de Stuart – seu pai era americano – para denunciar a ditadura brasileira. Em um vôo internacional que chegava ao Rio de Janeiro, Zuzu conseguiu entrar na cabine do piloto e anunciar pelo sistema de som que em breve o avião pousaria no Brasil, “país onde se torturam e matam jovens estudantes”.⁹¹ Zuzu também conseguiu entregar ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, durante sua visita ao Brasil, um dossiê sobre a morte de seu filho. Aproveitava sua moda como uma forma de protesto. Criou uma série de tecidos estampados que conciliavam os anjinhos – sua marca pessoal – com crucifixos, tanques de guerra,

⁸⁸ Dado retirado do livro *As ditaduras na América Latina*. Alguns cálculos apontam para o número de 36 mil. Nos Brasil, a quantia estimada é de 360 mortos e desaparecidos.

⁸⁹ As madres são o exemplo mais conhecido, mas há outros, como as Asociacion Abuelas de La Plaza de Mayo, H.I.J.O.S e Hermanos.

⁹⁰ CAMBRIA, Clunes Márcia Alves. *Zuzu Angel: uma história de resistência no período militar (1969-1974)*. Disponível em www.catalao.ufg.br/historia/arquivosSimposios/historia/.../clunes_marcia.pdf

⁹¹ FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto Brasileiro de Washington Luis a Lula (1927 – 2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005, p.269

pássaros engaiolados, sol atrás das grades, jipes e quepes. Curiosamente, a fase áurea da carreira da estilista se deu ao mesmo tempo em que sua vida pessoal tornou-se um pesadelo.⁹²

Zuzu passou a ser um incômodo insustentável para a ditadura, causando grandes constrangimentos ao governo perante a comunidade internacional. Zuzu sentia que algo poderia lhe ocorrer. Tanto que chegou a escrever um bilhete, que entregou a amigos, e que revelava sua preocupação: “Se algo vier a acontecer comigo, se eu aparecer morta, por acidente, assalto ou outro qualquer meio, terá sido obra dos mesmos assassinos do meu amado filho”⁹³. Duas semanas depois, na madrugada de 14 de abril de 1976, quando saía do túnel Dois Irmãos, seu carro se desgovernou e despencou do viaduto. Em 1998, 22 anos após sua morte, o Estado reconheceu que Zuzu Angel não fora vítima de acidente, mas de assassinato. Seu carro fora fechado por outro veículo, fazendo com que ela perdesse o controle da direção. O túnel leva hoje o seu nome. De acordo com Selliman Silva, “Zuzu representa ao mesmo tempo a vontade de restabelecimento da verdade, o desejo de reencontrar um parente arbitrariamente raptado, torturado e assassinado e o peso terrível da realidade do esquecimento imposto pelas autoridades que, ao final, desaguou em um novo assassinato”⁹⁴. Referindo-se à música escrita por Chico Buarque⁹⁵ em sua homenagem, Sellimann afirma que a mulher retratada é tanto Zuzu como as outras mães de desaparecidos, e no limite, a sociedade brasileira órfã de seus filhos desaparecidos.⁹⁶

O caso de Zuzu Angel aproxima-se do das mães dos Flávios e da Flávia no que refere à ação individual. Zuzu não atuava em conjunto com outras mães na mesma situação, mas contava também com muitos apoios, principalmente da Anistia Internacional. Nesse sentido, as estratégias utilizadas por Zuzu estavam bem próximas das utilizadas pelas mães dos Flávios e de Flávia. Com uma diferença fundamental: Zuzu atuou num período de repressão ainda muito presente, com forte censura à imprensa – a grande aliada nas campanhas de Flávia e dos Flávios. As campanhas, que iniciaram-se em 77 com a prisão de Tavares, e em 78/79 para o caso de Schilling e Koutzii, desenvolveram-se justamente durante o período em que o regime militar começava a dar lentas mostras de distensão.

Tanto as *madres* argentinas como Zuzu Angel, lutaram – ainda lutam, no caso das *madres* – primeiro por notícias sobre o paradeiro de seus filhos, dos quais não tinham

⁹² CAMBRIA, Clunes Márcia Alves. *Zuzu Angel: uma história de resistência no período militar (1969-1974)*.

⁹³ *idem*

⁹⁴ SELLIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: escrituras híbridas das catástrofes*. Revista Gragoatá, Rio de Janeiro, n.24, p. 114.

⁹⁵ Música Angélica, composta por Chico Buarque, em 1977. O compositor, amigo de Zuzu, foi um dos que recebeu a carta da estilista alertando para a possibilidade de ser assassinada pela ditadura.

⁹⁶ *Idem*. A estimativa do número de mortos e desaparecidos políticos no Brasil chega a 360.

informação alguma. Quando ficou claro que eles haviam sido mortos pela ditadura, a luta passou a ser pelo esclarecimento das mortes – suas circunstâncias, localização do corpo, identificação e punição de culpados. Já no caso de Olívia, Clara e Ingeborg, a luta era pela libertação dos filhos no exterior, e pela preservação de suas vidas, pelo fim dos maus tratos, por tratamentos de saúde adequados, mas visando sempre a libertação. O aspecto central de sua luta diferia do ponto central das lutas das outras mulheres citadas: o esclarecimento da questão do filho desaparecido. Flavio Tavares e Flávio Koutzii chegaram a ser declarados desaparecidos por algum tempo após a prisão, durante os quais não tiveram contato com familiares. Dona Clara Koutzii narra a aflição durante esse período, em que esteve em Buenos Aires a procura do filho:

“Logo que soube da prisão de Flávio, viajei a Buenos Aires. Fiquei 10 dias correndo de um lado para outro em busca de informações, um medo muito grande de que ele tivesse sido morto. Finalmente, através de um advogado, consegui localizar meu filho. Ele estava sendo transferido para o presídio em La Plata”⁹⁷.

3.1: “Mães que lutam”⁹⁸: A atuação das mães no caso dos Flávios e da Flávia

Dentro dessa ação individual das mães, não se pode deixar de destacar o apoio recebido tanto da “grande imprensa” como da “imprensa alternativa”. Por vezes através de pequenas notas, outras vezes por meio de destacadas reportagens, a imprensa freqüentemente abriu espaço para entrevistas, declarações, publicação de cartas e apelos, divulgação de atos. Enfim, a imprensa, em especial a alternativa, deu voz a essas mães para denúncia das arbitrariedades contra seus filhos, e para seus pedidos de socorro. As entrevistas concedidas por Clara Koutzii são um grande exemplo disso. Uma delas, dada ao jornal *Folha da Manhã*, em 13 de março de 79, chama a atenção. Uma generosa foto sua, antecedia a manchete “Meu filho corre risco de vida na prisão”. Como legenda para a imagem, aparecia: “Clara: vida angustiada a espera que Flávio seja libertado”. Todo esse painel expressava exatamente isso: angústia e desespero. Na reportagem, Clara dizia que recebera um chamado urgente de Flávio para que denunciasse as condições em que se encontrava. Declarou ao jornal: “Hoje, pela falta de correspondência e por este pedido de socorro, eu não tenho idéia do que possa estar acontecendo com meu filho”. A outro jornal, declarou: “Flávio Koutzii está num ponto que a qualquer momento pode aparecer morto na cela. Ontem à noite recebemos um recado de

⁹⁷ O Rio Grande, 24 a 30 de maio de 79.

⁹⁸ Expressão retirada da dissertação de mestrado de Rita de Cássia Freitas, mencionada na introdução desta monografia.

desespero dele para que a situação seja denunciada: ele está preso em La Coronda, lhe é proibido até falar. Só pode comer e fazer suas necessidades fisiológicas. É como se ele estivesse cumprindo uma pena de morte".⁹⁹

Ingeborg Schilling esteve em Porto Alegre por alguns dias entre outubro e novembro de 78, hospedada na casa de Ligia Azeredo Costa, secretária do MFPA – RS.¹⁰⁰ Nessa ocasião, visitou a sede da Associação Rio-Grandense de Imprensa (ARI), para agradecer “aos veículos de comunicação e aos jornalistas as publicações feitas em favor da libertação de Flávia”, reconhecendo o apoio fundamental da imprensa nos esforços pela libertação de sua filha. Os jornalistas ainda foram decisivos ao enviar um documento assinado por 150 profissionais da imprensa, ao chanceler Azeredo Costa, denunciando as condições vividas por Flávia e exigindo sua liberdade: "consideramos inaceitável o confinamento de Flávia em um campo de concentração uruguaio, sem que o Brasil saiba as condições carcerárias a que está submetida; consideramos inaceitável que não haja resposta às gestões já feitas pelo governo brasileiro"¹⁰¹. Ao que parece, o documento surtiu efeito em Azeredo, que passou a cobrar do cônsul brasileiro no Uruguai maior envolvimento na questão da brasileira. O cônsul passou a fazer inclusive algumas visitas a Flávia.

Olívia Tavares, dando seu apoio à campanha pela libertação de Flávia, declarou para os jornalistas que a acompanhavam em uma excursão ao Uruguai: “Vocês foram muito importantes para que o Uruguai soltasse meu filho; vamos fazer o mesmo com Flávia Schilling”, ressaltando a importância da imprensa nesses casos.¹⁰² A forte atuação da imprensa está relacionada com o gradativo abrandamento repressivo do regime brasileiro, no que dizia respeito à censura à imprensa, ao contrário das ditaduras dos países vizinhos. Interessante observar a atuação da imprensa também no caso de Lílian Celiberti e Universino Dias, os uruguaios seqüestrados em Porto Alegre em 78. Graças à investigação e denúncia de dois jornalistas o casal foi mantido vivo.

Além do uso da imprensa como veículo de divulgação da causa, as mães periodicamente viajavam ao exterior para visitar os filhos presos, e pressionar as autoridades locais para sua libertação. Nesse aspecto, o caso de Ingeborg Schilling é especial. Ingeborg nos primeiros tempos da prisão, por um lado, vivia no mesmo país em que sua filha estava presa, ao contrário das outras mães que eram obrigadas a viajar para visitar os filhos. A mãe

⁹⁹ Folha da Manhã, 13.03.79.

¹⁰⁰ Jornal do Brasil, 1.11.78

¹⁰¹ Jornal do Brasil, 11.8.78

¹⁰² O Estado de São Paulo, 30.11.78

de Flávia a visitava sempre que o regulamento prisional a permitisse. Por outro lado, Ingeborg estava longe do Brasil, o epicentro das manifestações pela liberdade de Flávia, fator esse que dificultava sua atuação junto ao movimento no Brasil. Ingeborg foi obrigada a deixar o Uruguai em 77, depois que o marido foi expulso do país, ficando numa situação duplamente prejudicada: vivendo em Buenos Aires estava longe da filha e longe do Brasil. Clara Koutzii, por sua vez, revelou ter ido a Buenos Aires assim que soube da prisão do filho, com dois dias de atraso. Na capital argentina, ninguém a informava sobre o destino de Flávio. Durante nove dias, o gaúcho foi dado como desaparecido até que foi localizado no Presídio de La Plata, com evidentes marcas de tortura. Clara contou ao *Coojournal* que em La Plata o filho podia receber visita 3 vezes por semana e “pode receber muito carinho dos familiares” apesar de tudo. Mas em outros presídios, a situação era diferente. Numa declaração ao semanário *O Rio Grande*, após a libertação de Flávio, dona Clara declarou: “às vezes, passavam dois meses para eu conseguir oito visitas. Era um tempo que se arrastava como dois séculos”.¹⁰³

Olívia Tavares, além das três vezes que esteve em Montevidéu para visitar o filho e tratar com os advogados, estava incluída numa excursão gaucha que foi a capital uruguaia tratar do caso de Flávia Schilling. Flávia faria uma cirurgia para retirada de um fibroma no útero, fato que causava preocupação. A comissão foi então a Montevidéu para pressionar as autoridades a permitirem a presença de um médico escolhido pela família para acompanhar a cirurgia. O pedido acabou não sendo aceito, mas a operação transcorreu sem maiores incidentes. Olívia esteve presente nas negociações como membro do MFPA, e como mãe de um ex-presos político na mesma situação

Outras estratégias de denúncia e atuação eram utilizadas por essas mulheres, como o envio de cartas a autoridades e órgãos internacionais, organização de abaixo-assinados e presença em palestras e atos em prol de seus filhos. Dona Olívia Tavares, católica, enviou carta ao papa Paulo VI, que vinha desenvolvendo uma política humanista dentro do Vaticano, solicitando seu apoio à causa do filho. Também enviou correspondência à esposa de Geisel, apelando à sua condição de mãe. Já Clara Koutzii, enviou cartas de denúncia da situação e pedidos de apoio à Cruz Vermelha, às Nações Unidas, e ao Consulado do Brasil na Argentina. Além disso, organizou diversos abaixo-assinados, um deles contando com a assinatura de mais de 60 políticos brasileiros, entre eles Ulisses Guimarães e Tancredo Neves. Documento esse que foi entregue diretamente ao presidente argentino Jorge Videla.¹⁰⁴ A atuação de Clara

¹⁰³ O Rio Grande, 24 a 30 de maio de 79.

¹⁰⁴ Folha da Manhã, 13.03.79

contou com um grande reforço: Norma Espínola, companheira de Flávio que havia sido presa junto com ele, mobilizava apoios na Europa, especialmente na França, para onde fora após sua libertação, ainda no ano de 75.

Analisando as fontes a que tive acesso, é possível perceber que o objetivo central dessas mães era a libertação de seus filhos. Embora esse ponto pareça lógico, não podemos reduzir suas ações somente a isso. Em determinados momentos, a ênfase do discurso transferia-se para outras questões envolvendo a situação carcerária dos filhos. A libertação era o objetivo final, e isso jamais era esquecido, mas enquanto ela não vinha surgiam outras lutas: por tratamento de saúde adequado, quando os maus de saúde dos filhos eram ignorados; pelo fim da tortura; por permissão de visitas e por quebra de incomunicabilidade. Reivindicações que visavam amenizar o sofrimento dos filhos enquanto a esperada liberdade não chegava.

Quando, por exemplo, foi detectado em Flávia Schilling um fibroma no útero, a luta imediata centrou-se na questão da cirurgia a que seria submetida. O medo de que os militares uruguaios pudessem prejudicar sua saúde levou a inúmeros pedidos pela permissão do acompanhamento da cirurgia por um médico indicado pela família. Foi por essa ocasião, Olívia Tavares esteve em Montevidéu junto à comissão gaúcha que foi tratar do caso.

O estado frágil de saúde de Flávio Koutzii fazia com que grande parte das manifestações de solidariedade se referisse a tratamentos médicos. Flávio era cardíaco e sofria de hipertensão arterial, além de ter adquirido uma fístula, em decorrência dos maus tratos, segundo sua mãe. Os remédios de que necessitava lhe eram muitas vezes negados, de acordo com a prisão em que se encontrava. Quando foi transferido para a prisão de La Coronda, por exemplo, uma das mais terríveis do Cone Sul, Flávio passava grandes períodos sem receber sua medicação. Clara ainda depositava em um banco sediado no interior da penitenciária uma quantia destinada à aquisição dos remédios, mas estes quase nunca eram entregues ao filho. Um dos mais fortes pedidos de Clara nesse período foi para que Flávio fosse levado de volta para La Plata, de onde havia sido transferido, pois lá ao menos lhe era permitido receber visitas, e remédios. Clara desabafou à revista *Isto é*:

Nos últimos meses a situação piorou. Em La Plata eu podia tocá-lo. Em Rawson a população era simpática com os parentes dos presos políticos. Mas em La Coronda as coisas são difíceis. Eles não permitem que eu fale em português com meu filho. Assim, tenho que arranhar um portunhol, falando bem devagar, porque se desconfiam, ou não gostam, se vingam no preso.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Isto é, 28.02.79

Clara chegou a declarar algumas vezes que o motivo dos maus tratos a Flávio e o fato dele permanecer mais tempo preso do que os outros companheiros que foram presos com ele devia-se ao fato dele ser judeu. O anti-semitismo era sabidamente forte nas Forças Armadas argentinas, e segundo Clara – e também Ayrton Soares, advogado de Flávio – esse pode ter sido o motivo da perseguição ao brasileiro. Só lhe era permitido que lesse, na Bíblia, o Novo Testamento, “porque o Velho é coisa de Judeu”.

Outra causa apontada como possível para as dificuldades na resolução de seu caso foram os atritos políticos entre as ditaduras argentina e brasileira. É certo que em termos ideológicos e de repressão, as ditaduras latino-americanas estavam afinadas e de pleno acordo. Mas em termos políticos e estratégicos, continuava havendo diferenças, que se explicitaram por ocasião das disputas pela construção de hidrelétricas na bacia do Rio Paraná. A construção de Itaipu pelos brasileiros gerou abalos nas relações diplomáticas entre os países, o que pode ter tido reflexo no caso de Flávio Koutzii.

Elizabeth Jelín, questionando-se sobre o peso das mães – pensando no caso das Madres de la Plaza de Mayo – nas questões dos esclarecimentos das prisões e desaparecimentos na Argentina, escreve:

La respuesta más corriente a la pregunta por qué las madres y no los padres? remite a dos cuestiones: primero, que ser madre ortoga más seguridad frente al temor ya que todos – inclusive los militares – respetan la maternidad como algo sagrado; además, alguien (el hombre del hogar) debe seguir trabajando para mantener a la familia. Como la trágica realidad lo mostró pocos meses después de la primera ronda de las *madres*, su status materno nos les ortogó ningún privilegio: en diciembre de 1977 desaparecían varias madres¹⁰⁶.

Na realidade, o pai de Flávia, Paulo Schilling, era o único dos pais em questão ainda vivo, e também teve um importante papel nas mobilizações em prol de sua liberdade. A família Schilling possuía histórico em militância política. Paulo, como foi visto, era economista e assessor político do ex-governador Leonel Brizola. Nas cartas que Flávia enviava à família – e publicadas em livro – é possível, mesmo que sob censura, perceber que as conversas sobre política eram constantes entre pai e filha. O ambiente familiar em que Flávia vivia pode explicar sua atuação guerrilheira e seu envolvimento nos Tupamaros. E também a maneira natural com que Ingeborg atuava em prol de sua filha. Acompanhando o marido no exílio uruguaio, Ingeborg provavelmente estava acostumada com o ambiente político.

¹⁰⁶ JELÍN, Elizabeth. *Victimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra*.

Em uma reportagem do semanário *O Rio Grande*, Clara Koutzii desabafa sobre os dramas que viveu durante a prisão de Flávio. Revela que Jacob Koutzii, seu marido e pai de Flávio, chegou a ser preso durante o governo de Vargas, mas que depois abandonou o envolvimento político. A família, segundo Clara, nunca se envolveu ou questionou a militância de seu filho. Jacob acabou falecendo ainda em 75, durante uma das viagens de Clara a Buenos Aires. Quando Clara conseguiu regressar ao Brasil, seu marido já havia sido enterrado. Nessa mesma reportagem, Clara sugere que a prisão do filho contribuiu para que o estado de saúde Jacob piorasse: “Sei que, se não tivesse ocorrido a prisão de Flávio, meu marido poderia estar vivo até hoje. Ele ficou muito abalado com a situação do filho”.¹⁰⁷

Já o pai de Flávio Tavares, Aristides Hailliot Taveres, prefeito de nomeado de Lajeado durante o Estado Novo, havia falecido ainda na década de 50. Dona Olívia Tavares, entretanto, adquiriu experiência nas outras vezes em que Flávio foi preso pela ditadura brasileira. Tavares narra em seu livro *passagens* as visitas que recebia de Olívia nas prisões brasileiras:

“Minha mãe, Olívia Freitas Tavares, sabia tudo de mim, até mesmo o que não sabia ou o que eu sempre lhe ocultei. (...) Compreendeu. Aceitou pela compreensão, na intimidade absoluta do amor que nos tivemos sempre, mãe e filho.” Durante uma visita à última de suas prisões no Brasil, Olívia foi visita-lo: “Ela quebrou minha incomunicabilidade de prisioneiro, mas o encontro foi público, no gabinete do comandante, repleto de oficiais. Fazia frio e ela vestia um casacão de inverno, o que tornou mais cálido e demorado aqueles segundos de abraço apertado, em que ela me beijou as faces e me sussurrou ao ouvido, numa ordem:

-- Não confessa nada. Nada!

Depois, sentamo-nos um frente ao outro e, antes de me dar a mão e sorrir, ela me encarou de novo, com olhos fixos, para que eu não esquecesse o que me dissera. Mais do que todos ali, ela sabia e tinha certeza de que eu guardava segredos e me mandava não confessar. Nada, nada!”¹⁰⁸

Olívia chegou a filiar-se ao MFPA, mostrando que seu engajamento ia além da libertação de seu filho. É bem verdade que continuava havendo um interesse pessoal na causa da anistia, já que Tavares, mesmo em liberdade, só poderia regressar ao Brasil após a aprovação da anistia. Olívia ainda se manifestou diversas vezes apoiando as campanhas que se desenvolviam por Flávia e Koutzii.

Um último aspecto a ser abordado diz respeito à relação dessas mulheres com os militares. Ao manifestarem-se pela liberdade de seus filhos, as mães acabaram por denunciar também as ditaduras envolvidas. Como afirma Boltanski,¹⁰⁹ a construção de uma denúncia

¹⁰⁷ O rio grande, 24 a 30 de maio de 79.

¹⁰⁸ Memórias do esquecimento, p.233

¹⁰⁹ BOLTANSKI, Luc. *La dénonciation public. In; L'Amour et la justice comme competence*. Paris: Éditions Métailié, 1990. Citado por ARAÚJO, Fábio Alves (2007). *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*.

pública deve contar obrigatoriamente com três atores fundamentais: a vítima, o denunciante e o perseguidor. No caso em questão, podemos classificar dentro dessa lógica: Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling como as vítimas; suas respectivas mães – em parceria com os movimentos e entidades que apoiaram as campanhas em prol de suas libertações – como as denunciantes; e por fim, a ditadura como o perseguidor – tanto a brasileira como a argentina e a uruguaia – ao ser diretamente responsável pelas prisões, e ao omitir-se de um posicionamento mais decisivo.

Em uma passagem do seu já citado livro de memórias, Flávio Tavares relembra um episódio em que sua mãe conseguiu quebrar sua incomunicabilidade confrontando serenamente os militares:

“Aos 70 anos, os cabelos grisalhos da minha mãe tinham-lhe dado uma desenvoltura tal que, sem conhecer ninguém no Rio, viajou do Sul e chegou até o intransponível gabinete do general Syseno logo que a minha prisão se fez pública. Depois de dois dias de espera, o general a recebeu de pé e foi dizendo que ela não poderia me ver.

– Por quê? Ele foi tão torturado que não pode ser visto? – perguntou incisiva, mas sorrindo.

– Não, não é isto – respondeu o general, encabulado, sem esperar tal pergunta, e, minutos depois, ela recebia a ordem de visita, quebrando minha incomunicabilidade”.¹¹⁰

Pelo menos um caso envolvendo Ingeborg Schilling demonstra certo atrito com os militares. Durante sua visita a Porto Alegre, Ingeborg teve seu passaporte apreendido no aeroporto de Porto Alegre. Quando desembarcava no Salgado Filho, foi abordada por policiais federais, que lhe comunicaram que por “ordem superior” seu passaporte deveria ficar retido. Um fotógrafo da sucursal do jornal *O Estado de São Paulo*, que fotografava as pessoas que aguardavam a chegada de Ingeborg, teve seu filme apreendido com a justificativa de que não era permitido fotografar no local.

O contexto de abertura política do período e o próprio discurso dessas mães pode ser a causa da relação aparentemente sem grandes atritos com os militares. A política de distensão lenta, gradual e segura de Geisel, amenizou a censura à imprensa, e promoveu um relativo afrouxamento dos controles sobre a sociedade civil, abrindo espaço para as manifestações em nome dos Flávios e da Flávia.

A década de 70 também é marcada pelo surgimento do movimento feminista no Brasil. A declaração do Ano Internacional da Mulher em 1975 – mesmo ano da fundação do Movimento Feminino pela Anistia – pela ONU, propiciou o cenário para o início do movimento feminista no Brasil. O feminismo brasileiro iniciou-se nas camadas médias, mas

¹¹⁰ TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*, p. 101.

expandiu-se para as camadas populares, através da articulação com as comunidades de bairro, e da defesa de questões que afetavam diretamente essa parcela da sociedade. Conforme Daniela Manini, as feministas promoveram questionamentos político-culturais, levando para o espaço político temas considerados privados, como sexualidade, maternidade, aborto, violência contra a mulher, ao mesmo tempo que levantava questões do cotidiano, como o aumento do custo de vida, a reivindicação de creches para os filhos, igualdade salarial¹¹¹.

Não cabe aqui – nem é esse o intuito do trabalho – julgar a sinceridade da luta ou do sentimento dessas mães por seus filhos. Entretanto, é certo que as lutas feministas travadas no período contrariavam, de certa forma, o que Olívia, Ingeborg e Clara representavam. Como colocado por Elizabeth Jelín, as lutas empreendidas pelas mães da Plaza de Mayo, assim como a das mães em questão, acabavam por reiterar as tradições familiares da quais as feministas eram grandes críticas.

Em relação à maternidade, as feministas adotaram, segundo Lucila Scavone no seu artigo *A maternidade e o feminismo: diálogos com as ciências sociais*¹¹², três visões diferentes em três momentos distintos. No primeiro momento, partindo da definição de Simone de Beauvoir de que a maternidade é uma construção social, que designa o lugar da mulher na sociedade e na família, e é a causa principal da dominação do sexo masculino sobre o feminino, as feministas reconheceram a maternidade como um defeito natural que confinaria as mulheres a uma “bio-classe”. Sendo assim, apontaram como caminho a ser seguido sua negação como forma de subverter a dominação masculina. Em um segundo momento, a maternidade passou a ser vista como um poder insubstituível que só as mulheres possuem. E passou a ser vista também como uma forma de poder exercido pelas mulheres na sociedade, dando à luz seus filhos.

O terceiro momento foi marcado pela visão de que não é o fato biológico da reprodução que determina a posição social da mulher, mas as relações de dominação que atribuem um significado social à maternidade.¹¹³

Não tendo qualquer relação com os movimentos feministas que surgiam no Brasil, Olívia, Clara e Ingeborg eram a mais pura representação da mãe tradicional. Eram donas-de-casa, que dedicaram a vida aos cuidados de sua família, maridos e filhos. Mas, quando a dura realidade da repressão em que o Cone Sul estava submerso lhes apareceu claramente através

¹¹¹ MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. *Cadernos AEL*, n. 3/4, Campinas: IFCH/Unicamp, 1995/1996.

¹¹² Scavone, Lucila. *A maternidade e o feminismo: diálogos com as ciências sociais*

¹¹³ Idem

da prisão de seus filhos, essas mães romperam a fronteira entre a vida privada e o espaço público, transformando em públicos os laços e sentimentos privados.¹¹⁴ Enquanto as feministas questionavam a posição da família tradicional, essas mães utilizavam-se dos laços familiares como legitimação de suas ações e seus apelos.

Os esforços de Clara Koutzii são assim lembrados por seu filho:

Ela é obrigada pelas circunstâncias a fazer coisas impensáveis para uma pessoa normal (...) ela tinha que ir até a patagônia, numa região que era fundamentalmente habitada pelo pessoal da prisão, e ela tinha direito a me ver 15 minutos, de 15 em quinze dias, através de um vidro blindado, com se vê nas películas e tal, tu falava por um tubo, não era nem telefone, era um tubo, com um guarda atrás de cada um e tal. Mas muito mais difícil do que tudo isso, e que não via, ou talvez egoisticamente não percebesse, eram os 15 dias que ela passava sozinha num hotel, numa cidade que não tinha nada que ver com ela. E depois, ela é que tinha me consolar, então ela que tinha que ser firme e não trazer no rosto uma ruga, ou até do medo que ela devia estar sentido, porque era impossível não sentir medo.¹¹⁵

A declaração foi feita por Flávio Koutzii, mas poderia muito ter sido dita por Flávia ou por Tavares. Os dramas vividos pelas três mães, embora cada uma delas em diferentes contextos, são também o drama de todos que viveram a tenebrosa experiência de ver um ente querido vítima da brutalidade repressiva que se alastrou pelo sul da América do Sul.

¹¹⁴ Conforme reflexão de Elizabeth Jelín sobre as madres argentinas.

¹¹⁵ Depoimento extraído do documentário *Tributo à resistência*, realizado pelo gabinete de Adão Villaverde em 2008.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dramas vividos por Olivia Tavares, Clara Koutzii e Ingeborg Schilling representam o drama de todas as mães de presos políticos das ditaduras militares na América Latina. A falta de informações, a angústia da busca pelo paradeiro dos filhos, a espera, a distância, as filas nos dias de visita, as vistas a conta-gotas. A angústia da separação forçada. A dor por ver os filhos sofrendo a destruição física e mental imposta pelo aparelho repressivo. Alguns não resistiram e sucumbiram. Flávio Tavares, Flávio Koutzii e Flávia Schilling resistiram. Em grande parte devido ao apoio e a luta corajosa de suas mães.

Como vimos, os Flávios e a Flávia sofreram na pele as agruras de duas das mais sanguinárias e cruéis ditaduras latino americanas: Uruguai e Argentina. Tavares e Schilling foram vítimas do encarceramento massivo uruguaio, e sofreram toda a sorte de tortura e tentativa de aniquilamento psicológico. Koutzii permaneceu quase cinco anos nos cárceres argentinos, sofrimento narrado no primeiro capítulo desta monografia.

As mobilizações pela libertação dos Flávios e da Flávia – e a atuação de suas mães – ganharam o apoio e o reforço dos movimentos pela anistia no Brasil. Nesse sentido, tais mobilizações não podem ser dissociadas da luta pela anistia, iniciada em 1975 com a fundação do MFPA e consolidada em 1978 com o surgimento dos CBAs. As campanhas pela libertação de Tavares, Koutzii e Schilling cumpriram o papel de popularizar a causa da anistia – uma das principais resoluções tomada no I Congresso pela Anistia –, denunciando ainda o descaso e o abandono do governo brasileiro e escancarando a realidade da solidariedade e cooperação entre as ditaduras do Cone Sul. Flávio Koutzii lembra da importância destas para a formação política de vários de seus companheiros: “Quando eu entrei no PT, encontrei muitos jovens que me diziam que tinham começado a militar, a se envolver com política através do CBA e da campanha pela minha libertação”.¹¹⁶ Olívia, Clara e Ingeborg acabaram também por contribuir com o Movimento pela Anistia, ao aparecerem como o nome mais notório das campanhas em prol de seus filhos. Cabe lembrar que Olívia Tavares foi filiada ao Movimento Feminino pela Anistia.

O caso de Ingeborg Schilling, mãe de Flávia, é aquele sobre o qual menos informações possuímos. Tal constatação deve-se ao fato de que Ingeborg não vivia no país, como as outras mães. Mas, na única vez em que esteve no Brasil durante a prisão da filha, foi possível

¹¹⁶ Depoimento extraído do documentário *Tributo à resistência*, do gabinete do dep. Adão Villaverde.

perceber que sua mobilização em prol da liberdade de Flávia era grande. Durante a visita, concedeu uma entrevista coletiva na sede da Associação Rio Grandense de Imprensa, encontrou-se com o cardeal D. Vicente Sherer e esteve em contato com parlamentares na Assembléia Legislativa do Estado. Sua estadia e suas atividades na Capital foram amplamente cobertas pela imprensa.

Quanto às estratégias utilizadas pelas mães, o apoio recebido da imprensa revelou-se fundamental. Através da imprensa elas denunciavam a situação vivida por seus filhos, solicitavam apoio, agradeciam a solidariedade recebida. O espaço constante oferecido a essas mães – tanto pela imprensa alternativa como pela chamada grande imprensa – dava visibilidade e comovia a opinião pública em prol da libertação dos jovens gaúchos. Além do uso da imprensa, as mães promoviam manifestos e abaixo-assinados, que contavam com a firma de parlamentares e intelectuais de diversos países. Também enviavam cartas a organizações e autoridades nacionais e internacionais (como as cartas enviadas por Olívia ao presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter e ao papa Paulo VI), participavam de atos e manifestações providas pelo MFPA e pelo CBA, viajavam constantemente ao exterior para visitar os filhos e pressionar as autoridades locais. Suas reivindicações visavam em primeiro lugar a libertação dos filhos, mas não se restringiam somente a isso. A dura realidade das prisões argentinas e uruguaias impunha que certas vezes os apelos se focassem na qualidade de vida dentro da cadeia: possibilidade de visitas, fim dos maus-tratos, atendimento médico, remédios.

A atuação de Olívia, Clara e Ingeborg foi associada, neste trabalho, à luta travada pelas Mães da Praça de Maio e à luta da brasileira Zuzu Angel. Tal associação possibilitou dialogar com as bibliografias referentes aos casos, suscitando novos questionamentos e novas reflexões. Cabe ressaltar que tanto as mães argentinas como Zuzu Angel foram afetadas pelo desaparecimento de seus filhos, fato que não chegou a se concretizar em relação aos Flávios e a Flávia. A continuidade da luta das Mães da Praça de Maio reside fundamentalmente nesse aspecto: a situação de seus filhos ainda não foi totalmente esclarecida, e os culpados continuam sem punição. Tal qual as mães argentinas, Zuzu clamava pelo esclarecimento da morte de Stuart e pelo direito à enterrá-lo. A repercussão que a luta de Zuzu vinha tendo tanto no Brasil como no exterior foi calada pelos militares com um ato extremo: seu assassinato em 1977.

Quais as motivações apontadas para a atividade tão atuante dessas mães? Seria o amor entre mãe e filho uma justificativa por demais óbvia? A sinceridade dos laços entre os

envolvidos é inquestionável, mas seu uso está inserido dentro de uma estratégia pensada para capitanear apoios e sensibilizar a sociedade. Sendo assim, o que, mais do que a figura materna – instituição universal e sagrada – poderia comover a opinião pública para a condição dos jovens brasileiros presos no exterior? Como escreveu Fábio Araújo para o caso das mães da Praça de Maio, o repertório da maternidade foi manipulado por estas mulheres para generalizar apoios.¹¹⁷ Enquanto o movimento feminista – que se consolidava no Brasil na década de 70 – questionava a posição da mulher na família, as mães aproveitavam-se dos laços familiares para legitimar suas ações.

Uma declaração de Clara resume muito bem o que essas mães enfrentaram durante essa batalha:

"Falei para toda a imprensa. Fui televisionada e fotografada, tive que me habituar a falar mesmo nos momentos em que isso me era mais penoso. Estive em muita sala de espera oficial. Enfrentei horas intermináveis nas filas de visita aos presos, aguardando o momento que o soldado da guarita me informaria onde e como estava meu filho, se podia vê-lo. Ouvi gritos de desespero que jamais esqueço e que se repetem ainda em meus pesadelos. Não esqueço o olho muito azul daquele companheiro de cela de Flávio que, depois soube, foi morto."¹¹⁸

Ao emergirem como pilares da luta pela liberdade dos filhos, Clara, Ingeborg e Olívia acabaram por contribuir também para a oposição e o desgaste do regime, ao levantar questões como os abandonos dos militares aos concidadãos no exterior, e a omissão no caso dos Flávios. Contribuíram também para a denúncia da situação dos presos políticos no Cone Sul, revelando os maus tratos sofridos por seus filhos nos cárceres uruguaio e argentino. E denunciando também a convivência do Brasil com essas práticas.

¹¹⁷ ARAÚJO, Fábio Alves (2007). *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*.

¹¹⁸ O Rio Grande, 24 a 30 de maio de 79.

Lista de fontes:

1) Livros:

KOUTZII, Flávio. *Pedaços de Morte no Coração*. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SCHILLING, Flávia. *Querida Liberdade*. São Paulo: global editora, 1980

_____. *Querida família*. Porto Alegre: Coojornal, 1978.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999

2) Documentação do Acervo privado de Lícia Peres e Mila Cauduro, referente ao Movimento Feminino pela Anistia, pesquisado no Acervo da Luta contra a Ditadura;

3) Jornais: Folha da Manhã, Zero Hora, Correio do Povo, Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, Jornal do Comércio, Semanário O Rio Grande.

4) Entrevistas:

Carlos Augusto de Souza, entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, a Gabriel Dienstmann e a Tatiana Trindade em 15 de maio de 2009, em Porto Alegre.

Élvio Leonel Durão Figueiró, entrevista concedida a Meriane Flores e a Gabriel Dienstmann em 29 de maio de 2009, em Porto Alegre.

Flávio Koutzii, Depoimento concedido à Fundação Perseu Abramo, em 20 de agosto de 1999. Disponível no site da entidade.

Flávio Koutzii. Depoimento concedido à Daniela Sallet e Lu Lima, para documentário da TV da ALERS, *Tributo à resistência* em 25 de março de 2008.

Flávia Schilling, depoimento concedido à Fundação Perseu Abramo, em 20 de agosto de 1999. Disponível no site da entidade.

Flávia Schilling. Depoimento concedido à Daniela Sallet e Lu Lima, para documentário da TV da ALERS, *Tributo à resistência* em 25 de março de 2008

Flávio Tavares, Depoimento concedido à Daniela Sallet e Lu Lima, para documentário da TV da ALERS, *Tributo à resistência* em 25 de março de 2008

Flávio Tavares, depoimento concedido a Silvio Da-Rin, para o documentário *Hércules 56*, de 2007.

Luiz Tadeu Viapiana, entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero e a Gabriel Dienstmann em 12 de maio de 2009, em Porto Alegre.

Lícia Peres, entrevista concedida a Carla Simone Rodeghero, a Tatiana Trindade e a Denise Xavier, em 03 de abril de 2008, em Porto Alegre.

5) Levantamento da documentação do acervo particular de Flávio Koutzii, organizado por Clara Koutzii e Norma Espínola. O acervo está sendo organizado pelo professor Benito Bisso Schmidt e Diego Scherer da Silva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIOLLI, Juliano & SCHMIDT, Benito. *Flávio Koutzii: um olhar sobre as sensibilidades da geração de 68 em Porto Alegre*. Revista de História e Estudos Culturais Fênix. Vol.6. Ano VI nº1, jan/fev/mar. 2009.

ARAÚJO, Fábio Alves (2007). *Do luto à luta: a experiência das mães de Acari*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BAUER, Caroline Pereira. *Avenida João Pessoa, 2050, 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política no DOPS-RS (1964-1982)*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

BORTOT, Ivanir & GUIMARAENS, Rafael. *Abaixo a repressão! Movimento estudantil e as liberdades democráticas*. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. *Direito à memória, direito à verdade*. Brasília, 2007

CARVALHO, Marie Jane Soares & ROCHA, Cristianne Maria Famer. *Produzindo Gênêro*. Porto Alegre: Sulina, 2004

CARVALHO, Nanci Valadares. *A condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1988.

COLLING, Ana Maria. *Resistência da Mulher à ditadura Militar*. São Paulo: Record

CASSOL, Gissele. *Uruguai “verde-amarelo”: Brasileiros presos em terra estrangeira*. Revista Digital Estudios históricos, n.1, maio 2009.

_____. *Prisão e tortura em terra estrangeira: a colaboração repressiva entre Brasil e Uruguai (1964 – 1984)*. Anais eletrônicos do IX Encontro Estadual de História – ANPUH-RS.

CLUNES, Márcia Alves Cambria. *Zuzu Angel: uma história de resistência no período da ditadura militar (1969 – 1974)*

DIENSTMANN, Gabriel; RODEGHERO, Carla Simone & TRINDADE, Tatiana. *Anistia ampla, geral e irrestrita: história de uma luta inconclusa*.(mimeo)

FREITAS, Rita de Cássia S.(2000). *Mães de Acari: preparando a tinta e reinventando a praça – um estudo sobre mães que lutam*, tese de doutorado, Universidade federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FERNANDES, Ananda Simões. *A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): órgãos de repressão e de espionagem*.ANPUH

FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro de Washigton Luis a Lula (1927 – 2005)*.São Paulo, Record, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: a esquerda brasileira, das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Belo Horizonte: UFMG, 2003 (Tese de doutorado em História).

JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la Memoria*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

_____. *Victimas, familiares y ciudadanos/as: las luchas por la legitimidad de la palabra*.

LEMONS, Renato. Anistia e crise política no Brasil pós-64. *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 287-313.

MARCO, Graciela Di & SCHMUKLER, Beatriz. *Madres y democratización de La familia en La Argentina contemporânea*. Buenos Aires: editorial Biblos.

MARQUES, Tereza Cristina Schneider. *Ditadura, exílio e oposição: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1967)*. Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Revista História. São Paulo: Editora UNESP, 2005, vol. 24 (1), p. 77-98

PRIORE, Mary del. *Ao sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993

_____. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

RODEGHERO, Carla Simone. A luta pela anistia e a resistência à ditadura em Porto Alegre. *Anais eletrônicos do VII Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, Porto Alegre, 2008.

_____. A anistia entre a memória e o esquecimento. *História Unisinos*, v. 13, p. 129-137, 2009.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

_____. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vida no Exílio. In: REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru (SP): Edusc, 2004.

SELLIGMANN-SILVA, Márcio. *Narrar o trauma: escrituras híbridas das catástrofes*. Revista Gragoatá, Rio de Janeiro, n.24, p.101-115, agosto 2008.

SCHMIDT, Benito. *Flávio Koutzii: pedaços de vida na memória (1943-1984)—apontamentos sobre uma pesquisa em curso*. *História Unisinos* 13(2):190-197, Maio/Agosto 2009

SANTANA, Évila de Oliveira Reis. “Angélica”, a canção de ninar dos “meninos e meninas desaparecidos” na ditadura civil-militar do Brasil: 1964 – 1985. The Hebrew University of Jerusalem, vo.2, n°2, jul.2009.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 16, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332001000100008&lng=es&nrm=iso>. acessado em 25 nov. 2009.

Anexos:



Figura 1: Olívia Tavares, segurando a foto do filho preso, Foto CDI – ZH, 05.01.78, Luiz Ávila.



Figura 1: Clara Koutzii, em Buenos Aires. O Rio Grande, 24 a 30 de maio de 79.



Figura 3: Ingeborg Schilling, mãe de Flávia Schilling. Folha da Manhã, 07.03.79.